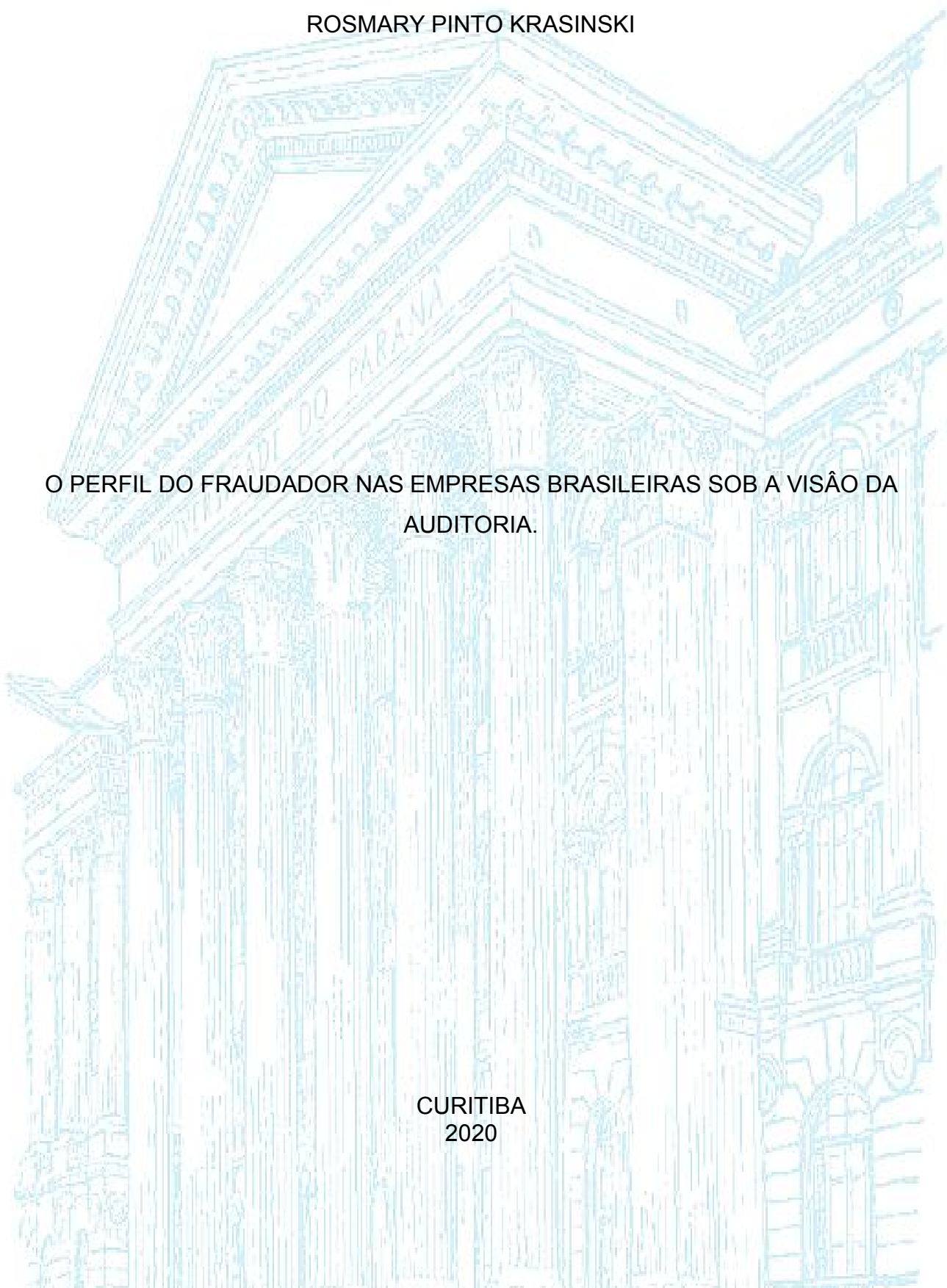


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSMARY PINTO KRASINSKI

O PERFIL DO FRAUDADOR NAS EMPRESAS BRASILEIRAS SOB A VISÃO DA
AUDITORIA.

CURITIBA
2020



ROSMARY PINTO KRASINSKI

O PERFIL DO FRAUDADOR NAS EMPRESAS BRASILEIRAS SOB A VISÃO DA
AUDITORIA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a monografia ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA – Auditoria Integral.

Orientador: Prof.: Antônio César Pitela

CURITIBA
2020

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSMARY PINTO KRASINSKI

O PERFIL DO FRAUDADOR NAS EMPRESAS BRASILEIRAS SOB A VISÃO DA AUDITORIA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a monografia ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA – Auditoria Integral.

Aprovado em: ____/____/____

Prof.: Antônio César Pitela
Professor Orientador – UFPR

CURITIBA
2020

DEDICATÓRIA

Ao professor orientador Antônio César Pitela, pelo auxílio prestado durante este curso e esta jornada que é orientar um Trabalho de Conclusão de um MBA.

Dedico este trabalho aos professores, que também pela força, paciência e dedicação que tiveram no auxílio do meu aprendizado, e que sempre estavam dispostos a ajudar quando necessário.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus pela esperança que animou meus passos. Pela alegria que encontrei no rosto de nossos mestres, sempre com entusiasmo, paciência para agregar conhecimentos e pela dedicação em ensinar.

Ao professor orientador Antônio César Pitela, pela força e dedicação que teve durante esta jornada que é orientar um Trabalho de Conclusão de um MBA. Pelo exemplo que recebi de meus colegas. Agradecer também pelos desafios enfrentados, por diante de tantas dificuldades, aprendemos a nos superar e nos permitimos evoluir e crescer.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigado.

EPÍGRAFE

“Há três coisas na vida que nunca voltam atrás: a flecha lançada, a palavra pronunciada e a oportunidade perdida”.

Proverbio chinês.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principal motivação para o fraudador.....	29
Figura 2 – Idade do fraudador.....	39
Figura 3 – Gênero do fraudador.....	40
Figura 4 – Anos de trabalho.....	41
Figura 5 – Como a tecnologia foi utilizada para cometer a fraude..	41
Figura 6 – Recomendações para combater a fraude.....	43
Figura 7 – Triângulo da fraude.....	45
Figura 8 – Diamante da fraude.....	46
Figura 9 – Pentágono da fraude.....	46
Figura 10 – Recomendações para combater a fraude	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Acontecimentos que marcaram a história da auditoria no Brasil.....	18
Quadro 2 – Conceitos da Auditoria.....	20
Quadro 3 – Diferenças das Auditorias.....	24

SIGLAS E ABEVIATURAS

NBC	–	Normas Brasileiras de Contabilidade
IFRS	–	International Financial Reporting Standards
IBRACON	–	Instituto dos auditores independentes do Brasil
CMV	–	Comissão de Valores Mobiliários
CFC	–	Conselho Federal de Contabilidade
QACI	–	Questionário de Avaliação dos Controles Internos
KPMG	–	Klynveld Peat Marwick Goerdeler

RESUMO

O estudo tem como intuito analisar o papel da auditoria (interna ou externa) nas fraudes e verificar se todos os procedimentos estão sendo realizado de acordo com a legislação e normas de política da empresa, podendo assim evitar possíveis fraudes.

No cenário atual, onde os crimes relacionados a fraudes crescem desordenadamente, interferindo no desenvolvimento do econômico, financeiro e social do país, entende-se a necessidade de implementação de controles mais rígidos nos processos das organizações, seja em um setor de auditoria ou em um controle de detecção ou até mesmo de prevenção, assim evitando que essas fraudes venham acontecer. Sabe-se que os fraudadores utilizam do seu cargo na empresa para cometer o delito, e que seus perfis são os mais abrangentes possível, sendo com um grau de instrução elevado, idades variadas e até mesmo de gênero. Para que a pesquisa descritiva tivesse êxito, buscou-se artigos na internet que falavam sobre o tema de Auditoria e Fraude, sites específicos sobre Contabilidade e também livros de autores renomados na área da auditoria.

Palavras-chaves: Auditoria. Fraude. Contabilidade. Fraudador. Finanças.

ABSTRACT

The study aims to analyze the role of auditing (internal or external) in fraud and verify that all procedures are being carried out in accordance with the legislation and policy rules of the company, thus being able to prevent possible fraud. In the current scenario, where fraud-related crimes grow in disarray, interfering in the country's economic, financial and social development, the need to implement stricter controls in the processes of organizations is understood, whether in an audit sector or in a detection control or even prevention, thus preventing these frauds from happening. It is known that fraudsters use their position in the company to commit the crime, and that their profiles are as comprehensive as possible, with a high level of education, varied ages and even gender. In order for the descriptive research to be successful, articles were searched on the internet that spoke on the subject of Auditor and Fraud, specific sites on Accounting and also books by renowned authors in the area of auditing.

Keywords: Audit. Fraud. Accounting. Fraudster. Finance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TEMA	133
1.2 OBJETIVOS	144
1.2.1 Objetivo Geral	144
1.2.2 Objetivos Específicos	144
1.3 JUSTIFICATIVA	144
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	166
2.1 AUDITORIA E SEU CONCEITO	166
2.1.1 Evolução histórica da Auditoria no Brasil	177
2.1.2 Tipos de Auditoria	19
2.1.3 Classificação da Auditoria	21
2.1.4 Auditoria Externa	221
2.1.5 Auditoria Interna	242
2.1.6 Programas de Auditoria	274
2.1.7 Conceito de Fraudes e Erros	287
2.1.8 Tipo de Erros e Fraude	308
2.2. CONTABILIDADE CRIATIVA: UMA INFLUENTE NOS ERROS DA CONTABILIDADE	30
2.2.1 Quando a Contabilidade Criativa pode ser Ilegal ou Ineficaz?	371
2.3 O QUE É COMPLIANCE	Error! Bookmark not defined.2
2.3.1 Como aplicar a política do Compliance	Error! Bookmark not defined.4
2.4 PERFIL DO FRAUDADOR	37
2.4.1 Principais características adicionais do fraudador	38
2.4.2 Os motivos que encorajam fraudes	39
2.4.3 A tecnologia a favor dos fraudadores	43
2.4.3.1 Tecnologia no combate a fraude	44
2.4.4 Como foram detectadas as fraudes	47
2.4.4.1 Como se prevenir das fraudes	47
2.4.4.2 Características dos fraudadores	49
2.4.4.3 Como conhecer as variáveis do fraudador pode auxiliar o auditor	51
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	54
3.1 DEFINIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	54

3.1.1 Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos	55
3.1.2 Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos	55
3.1.3 Pesquisa bibliográfica	55
3.1.4 Pesquisa documental	56
3.2 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES	56
4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS RESULTADOS	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA

Nos últimos anos e principalmente atualmente a economia brasileira está em evidência atrelada ao tema corrupção devido a inúmeras fraudes corporativas, trazendo danos a toda sociedade. Neste contexto, entende-se que a contabilidade assume papel fundamental tanto na descoberta quanto na manipulação deste sistema de fraudes. Tais práticas assumem riscos de enormes proporções por estarem institucionalizadas em diferentes nichos e níveis da sociedade, por este meio retarda o desenvolvimento do país e de todos os agentes ligados a estas corporações. Podem-se apontar alguns agentes prejudicados dentre vários, como é o caso da sociedade por meio do sistema político, investidores que estão em busca de bons resultados da companhia dentre outros.

Não raro, profissionais de contabilidade utilizam suas habilidades nos processos contábeis com o intuito de fraudar, manipular os processos de acordo com seus interesses ou de outrem a quem presta serviço, tal fato é conhecido como contabilidade criativa, o que gera relatórios irreais, onde são escondidas as fraudes. Griffith, (1988) menciona que as empresas em geral têm seus relatórios “retocados” levando aos usuários das informações da empresa dados muitas vezes fora do contexto real sendo denominado como contabilidade criativa (KRAEMER 2004).

Segundo Kanitz (1999), o Brasil é um país com escassez em auditoria se comparado com países que possuem índices de corrupção significativamente menores. Fato este que evidencia a falta de investimentos em profissionais auditores.

No cenário atual, onde os crimes relacionados a fraudes crescem desordenadamente, interferindo no desenvolvimento do econômico, financeiro e social do país, entende-se a necessidade da produção de estudos para levantar o perfil do fraudador dentro das organizações. A Auditoria exerce o papel de verificar se todos os procedimentos estão sendo realizado de acordo com a legislação e normas de política da empresa podendo assim evitar possíveis fraudes.

A corrupção é um mal endêmico na sociedade brasileira (BRUNING 1997) que vem de encontro com o próprio apelo da sociedade que pede a erradicação e punição, mas por outro lado este mesmo indivíduo mede a corrupção de diversas formas, não levando em consideração que cada ato que toma vantagem a seu favor em desfavor do próximo, por menor que seja, é uma semente plantada para que este mal se dissemine pela sociedade.

Diante das situações apresentadas é nítida a importância de o profissional de auditoria conseguir identificar possíveis fraudadores dentro das empresas em que eles forem inseridos. Esse estudo torna-se viável, pois traz como problema: Como identificar o perfil do fraudador nas empresas brasileiras e de que forma a auditoria pode contribuir para isso?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar o perfil do fraudador nas empresas Brasileiras sob a visão da Auditoria.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar os perfis dos fraudadores e os motivos para cometer a fraude;
- Como uma boa estrutura de auditoria, pode prevenir as fraudes;
- Levantar as causas e como ocorrem as fraudes contábeis praticadas nas empresas;
- Mapear as variáveis do perfil do fraudador dentro das empresas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com os resultados do atual estudo, ambiciona-se levantar o quanto conhecer o perfil do fraudador das empresas, pode auxiliar a auditoria dentro das instituições,

tendo em vista que a Contabilidade vem com o intuito de fornecer informações de qualidade sobre a saúde econômica, financeira e patrimonial da empresa e é indispensável que as informações fornecidas pelo contador estejam em conformidade com o que a organização de fato reflete.

A auditoria em si, se resume em uma ferramenta utilizada para mitigar riscos, avaliar se de fato as informações contidas dentro da Contabilidade refletem a real situação da organização, pontuar melhoria dos processos, sugerir inclusão de novos procedimentos ou melhorias de procedimentos já existentes e apontar possíveis fraudes.

Os grandes escândalos envolvendo fraudes contábeis causam perda de credibilidade entre os profissionais da Contabilidade, e a Auditoria serve para evidenciar e salientar a importância de se realizar o devido controle em todas as esferas da organização.

O presente estudo possui extrema relevância aos usuários da Auditoria levando em consideração a diminutiva de estudos com o tema abordado. Justifica-se também o interesse da autora que através do mesmo poderá consolidar seus conhecimentos adquiridos durante o MBA. Sendo assim o estudo contribui para os profissionais de Contabilidade e Auditoria, bem como para acadêmicos do setor de Ciências Sérias Aplicadas com ênfase na Auditoria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AUDITORIA E SEU CONCEITO

De acordo com Sá, (1998), a palavra auditoria possui origem vinda do latim “*audire*”, que tem como significado “ouvinte”, aquele que ouve, para os ingleses, este termo foi rotulado como *auditing*, possuindo um sentido um pouco diferente, significando então revisão, exame, correção, ajustes.

Para Attie a auditoria é uma especialização da área de Contabilidade que serve para avaliar a eficiência e eficácia do controle patrimonial com o propósito de fornecer um parecer sobre dados específicos (ATTIE, 2011).

Para Almeida (1996) as peças básicas para emitir sua opinião dentro da auditoria são: Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado do exercício; Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstrações dos fluxos de caixa; Demonstração de valor adicionado; e por fim notas explicativas. É importante que o profissional auditor tenha seu trabalho bem alinhado para avaliar os procedimentos, colher as evidências comprovando de fato as informações para poder avaliar os dados com excelência.

A auditoria é o exame de documentos, livros e registros, com o intuito de obtenção de informações para verificar se as demonstrações contábeis estão de fato refletindo a realidade, tendo como base os princípios fundamentais e normas da Contabilidade que devem ser aplicadas de forma regular. (FRANCO E MARRA, 2001).

Ainda conforme Sá (1998) a auditoria contábil trata-se de uma tecnologia aplicada a todos e quaisquer informes ou elemento contábil, visando obter opiniões, conclusões, críticas ou orientações sobre a situação patrimonial da riqueza da organização sendo ela pública ou privada de tudo aquilo que já está ocorrido ou que esteja prospectado e diagnosticado.

O conceito de Auditoria é definido como uma técnica contábil que tem o papel de auxiliar que a Contabilidade cumpra sua finalidade totalmente. As demonstrações e informações auditadas são de interesse não apenas dos órgãos administrativos, mas da sociedade como um todo, nesse grupo de interessados podemos citar:

Investidores, financiadores, fornecedores, fisco e trabalhadores da organização em questão. (FRANCO E MARRA, 2001).

De acordo com a NBC T 11 (1997):

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, no que for pertinente, a legislação específica. (NBC 11; 1997).

2.1.1 Evolução histórica da Auditoria no Brasil

A evolução da Auditoria no Brasil se deu pelo fato de que houve a implantação de empresas internacionais de auditoria independente no Brasil tornando indispensável que as demonstrações contábeis fossem auditadas. Essas empresas aqui instaladas impulsionaram a prática da Auditoria no Brasil e trouxeram todo um conjunto de técnicas que foram sendo aprimoradas posteriormente (ALMEIDA, 2012).

Seguindo a linha cronológica a primeira regularização da profissão ocorreu em 1931, com o Decreto 20.158 que estabeleceu que daquela data em diante somente os diplomados pudessem exercer a profissão. Em 1945 a lei 7.988 fez uma alteração na estrutura até então apresentada, criou-se a Faculdade de Ciências Contábeis a nível superior, mantendo o técnico a nível médio, todavia a auditoria permaneceu exclusiva ao Contador. O mercado de trabalho do auditor permaneceu restrito por muito tempo quando em prol do fim da segunda grande guerra, muitas empresas estrangeiras se instalando no Brasil trouxeram consigo a auditoria, ressaltando a importância de auditar pelo fato dos investidores controlarem seus capitais à distância. Diante disso, muitos empresários nacionais começaram a ter a visão de que a auditoria era de fato importante. (FRANCO E MARRA, 2001).

Diante de todo o contexto histórico da auditoria algumas mudanças acompanharam essa evolução, por exemplo, a substituição das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) pelas normas brasileiras, onde o Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1.055/05 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis que envolveram outros organismos como a Instituto dos Auditores

Independentes do Brasil (IBRACON), a Bolsa de Valores entre outros para promover um conjunto de normas uniformes que possa atender todas as instituições. De acordo com a Deliberação 520, de 15-5-07, a Comissão de Valores Mobiliários (CMV) passou a se manifestar em conjunto com o Comitê de Pronunciamento Contábeis. (ATTIE, 2011).

A auditoria passou por diversas mudanças até chegar aonde se encontra e todas elas foram de extrema importância para que a valorização da profissão ocorresse e que ela ganhasse mercado. Os principais acontecimentos que marcaram o surgimento da auditoria no Brasil segundo Almeida (2002) podem ser observados abaixo:

Quadro 1 - Acontecimentos que marcaram a história da auditoria no Brasil

ANO	ACONTECIMENTO
1909	Mc-Auliffe Davis Vell & Co, a primeira empresa de auditoria instalada no Brasil, atualmente com o nome Arthur Andersen
1915	Chegada da Price Waterhouse no Rio de Janeiro
1946	Fundado pelo Decreto-lei nº 9.295 o Conselho Federal de Contabilidade – CFC
1960	Fundado o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA
1965	Criação da Lei 4.728 para disciplinar o mercado de capitais, a qual citou pela primeira vez a expressão ‘auditores independentes’
1971	Fundado o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON
1972	Criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil
1972	Resolução CFC n. 321/72 aprova as Normas e os Procedimentos de Auditoria elaboradas pela IBRACON
1976	Lei 6.385 cria a Comissão de Valores Mobiliários para fiscalizar o mercado de capitais
1976	Criação da Lei nº 6.404 das Sociedades por Ações
1977	Criação da Ordem dos Auditores Independentes do Brasil ¹
1990	Instrução Normativa n. da CVM exige que as companhias abertas sejam auditadas trimestralmente
2001	Alteração da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações

Fonte: Almeida (1996); Attie (1998); Sá (1998); Franco e Marra (2000); Crepaldi (2000); e Magalhães et al. (2001)

2.1.2 Tipos de Auditoria

Existem dois tipos de auditoria existentes, veja os modelos possíveis, que são dois: as auditorias internas ou externas.

A auditoria interna é realizada por algum colaborador da própria empresa, de forma próxima às diretorias e presidências.

Sua principal função é averiguar se os processos contábeis, e de controle interno, são efetivos, preservando a coerência entre os procedimentos internos e as políticas definidas pela empresa.

Crepaldi nos diz que: (2004, p. 93)

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxação do Imposto de Renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção a seu patrimônio (CREPALDI, 2004, p. 93).

Seu objetivo é melhorar os processos de rotina, atuar na correção de possíveis falhas e monitorar as atividades empresariais.

Já a auditoria externa é feita por auditores independentes, sem vínculo com a empresa auditada. Igual à auditoria interna, sua função também é a de avaliar os sistemas internos da empresa.

Na auditoria externa, o foco principal está em comprovar a veracidade dos dados. Para tanto, o documento final é um parecer técnico que pode ser feito periodicamente.

Existem 7 tipos de auditorias, são elas:

- ✓ Auditoria contábil;
- ✓ Auditoria Financeira;
- ✓ Auditoria fiscal e tributária;
- ✓ Auditoria operacional;
- ✓ Auditoria de sistemas;
- ✓ Auditoria ambiental;
- ✓ Auditoria de qualidade.

Com todo, focaremos somente no modelo em si que é a auditoria interna e a externa. No quadro abaixo, vemos o conceito de auditoria por cada autor.

Quadro 2 – Conceito de Auditorias

Autor	Obra	Conceito
Antônio Lopes de Sá	Curso de Auditoria – Atlas (1998)	Auditoria é uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza azidental, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.
Antônio de Loureiro Gil	Auditoria Operacional e de Gestão – Atlas (1996)	Auditoria é função organizacional de revisão, avaliação e emissão de opinião quanto ao ciclo administrativo (planejamento/execução/controle) em todos os momentos/ambientes das entidades.
Hilário Franco Ernesto Marra	Auditoria Contábil – Atlas (2001)	É uma técnica contábil que compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.
Silvio Aparecido Crepaldi	Auditoria Contábil – Teoria e Prática – Atlas (2004)	A Auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes.
William Attie	Auditoria Conceitos e Aplicações – Atlas (1998)	A Auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado.

Fonte: Franco e Marra (2000), Sá (1998), Gil (1996), Attie (1998), Crepaldi (2004).

2.1.3 Classificações da auditoria

A classificação da auditoria pode ser definida em: Auditoria Interna que é executada geralmente por auditores internos e Auditoria Externa que é executada por auditores independentes.

De forma geral, a classificação da auditoria depende da finalidade a que a mesma se destina. Segundo Sá (1998) a “classificação varia de acordo com o tratamento que se dá ao objeto de auditoria.” Essa variação decorre das diferentes necessidades, podendo mudar de processos que não se deve admitir como autonomia, mas sim, como derivação de um mesmo método. Dessa forma, o auditor pode agir de diversas maneiras visando atingir o seu objetivo tendo pleno controle e o conhecimento de todas as situações da empresa.

De acordo com Melo e Santos (2017, p.12)

O auditor contábil é o profissional com registro ativo no CRC e que dispõe de conhecimentos técnicos na área contábil, financeira e patrimonial, que tem como função averiguar ou detectar falhas nos sistemas de controle, e tem como objetivo auxiliar com informações o processo de tomada de decisão, de forma independente. (MELO E SANTOS, 2017, p. 12)

Podemos conceituá-la como aquela que incorpora um exame de todas as transações, atendo-se a todos os documentos, a todas as contas e a todos os valores fisicamente verificáveis. Para que possa cumprir a finalidade a que se propõe, utiliza elementos disponibilizados pela empresa e outros adquiridos fora dela, executando investigações em outras empresas que se relacionam com a empresa auditada, principalmente suas filiais ou empresas classificadas como controladas.

2.1.4 Auditoria Externa

A auditoria externa é a auditoria realizada por um profissional sem vínculo empregatício com a organização auditada, pode ser contratado de forma permanente ou eventual. O profissional da auditoria externa é conhecido também como auditor independente, pois ele poderá realizar seu trabalho de acordo com a sua maneira

desde que atenda as normas da auditoria e que consiga dar parecer convicto sobre a matéria analisada. (FRANCO E MARRA, 2001).

Conforme dizem Franco e Marra (2001, p.83)

Quando a auditoria externa é executada, os auditores independentes têm, geralmente, como principal objetivo revisar as demonstrações contábeis para ter certeza da assertividade das operações dentro da organização, verificar o sistema de controles internos e o sistema contábil da empresa auditada. (FRANCO e MARRAS, 2001, p. 83)

A auditoria externa, apresenta de forma verdadeira a situação financeira da empresa, relatada pelas demonstrações contábeis. É realizada por profissionais externos, ou seja, pessoas que não são funcionários da empresa auditada. São especialistas que tem por objetivo efetuar um exame detalhado nos registros para obtenção da comprovação dos documentos e verificar a veracidade dos fatos colhidos, criando evidências para suportar sua opinião nos demonstrativos contábeis. (MELO e SANTOS, 2017, p.44).

A auditoria externa, tem as seguintes finalidades:

- Comprovação da exatidão dos registros contábeis;
- Propor soluções e melhorias para o aperfeiçoamento dos controles e sistemas da empresa contratante;
- Verificação da correta apresentação e divulgação das demonstrações contábeis no período;
- Emissão de parecer sobre os processos auditados.

2.1.5 Auditoria Interna

A auditoria interna por sua vez é aquela onde o profissional possui um vínculo empregatício com a organização tendo caráter permanente. O profissional da auditoria interna deve manter sua opinião independente em relação aos processos auditados da organização mesmo que prestando serviços de forma integral. As empresas acima do médio porte comportam conservar um auditor devido ao grande volume de operações e grande ocorrência de fatos ocorridos. A vantagem da auditoria interna é a existência

de um controle dentro da organização de forma geral e continua – verificando desde questões contábeis e fiscais, verificando a legalidade e legitimidade dos processos.

A definição tradicional do auditor interno está sendo a muito tempo modificado pelas novas concepções da gestão empresarial, que veem na auditoria interna um importante aliado para a revisão das operações desenvolvidas pelas áreas operacionais e de base.

Conforme Melo e Santos (2017, p. 46)

O auditor interno tem por objetivo verificar se as normas e procedimentos internos e demais deliberações pela alta administração da instituição estão sendo seguidas, bem como, garantir a qualidade e desempenho das áreas, em relação as atribuições e aos planos, as metas, aos objetivos e as políticas definidas na organização. (MELO E SANTOS (2017, p. 46)

A desvantagem da auditoria interna por sua vez é que uma vez que o funcionário é inserido na organização ele pode ser envolvido pela rotina de trabalho ou pelo coleguismo que podem gerar um arrefecimento no desempenho das funções. Por essa razão muitas empresas mantêm o auditor interno para controle constante e permanente e contratam os auditores externos para que eles trabalhem em conjunto já que estão atrelados. (FRANCO E MARRA, 2001).

Também nos diz Almeida (2003, p. 87).

Surgiu o auditor interno, como uma ramificação da profissão do auditor externo, e, conseqüentemente, do contador. O auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado àquele cujo trabalho examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia a examinar (como, por exemplo, elaborar lançamentos contábeis), para que não interfira em sua independência (ALMEIDA, 2003, p. 87).

A auditoria interna, conforme Magalhães et al. (2001), tem as seguintes finalidades:

- Proteger a organização;
- Acompanhar o cumprimento de normas técnicas e a política de administração da empresa, na consecução de seus objetivos;
- Emitir o relatório;

- Executar os trabalhos com independência limitada seguindo as normas e procedimentos de auditoria;
- Prevenir erros e fraudes, sugerindo aos detentores do poder de decisão os ajustes necessários.

Para melhor entendimento verificaremos através do quadro de Almeida (2012) as principais diferenças entre o auditor externo e interno.

Quadro 3 – Diferenças das Auditorias

Auditor Interno	Auditor Externo
- É empregado da empresa auditada;	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Executa auditoria contábil e operacional;	- Executa apenas auditoria contábil;
Os principais objetivos são: - Verificar se as normas internas estão sendo seguidas; - Verificar se a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes; - Verificar a necessidade de novas normas internas; - Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais;	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações de patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes (tem maior tempo na empresa para executar os serviços de auditoria)	- Menor volume de testes, já que está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Fonte: Almeida (2012).

2.1.6 Programas de auditoria

O programa de auditoria é uma definição ordenada de objetivos, determinação de escopo e roteiro de procedimentos detalhados, destinado a orientar a equipe de auditoria; configura-se na essência operacional do trabalho de auditoria.

relativamente a uma área específica da Companhia ou a gestão de determinado sistema organizacional e deve estabelecer os procedimentos para a identificação, análise avaliação e registro da informação durante a execução do trabalho.

Conforme Almeida (1996, p. 68) o programa de auditoria é dividido basicamente em três partes que são as seguintes:

- Listagem dos procedimentos de auditoria;
- Espaço para o auditor assinar ou rubricar, a fim de evidenciar que o serviço foi feito e quem o fez;
- Espaço para comentários, observações, referências, etc.

Attie (1998, p.167) descreve algumas vantagens fornecidas pelo programa de auditoria são:

- Estabelecer a forma adequada de realização dos trabalhos;
- As considerações feitas pelo auditor para determinação de seu trabalho;
- Controlar o tempo despendido na realização do trabalho;
- A sequência lógica de realização do trabalho; e
- Evidência dos trabalhos e quaisquer modificações ocorridas em relação ao original.

O programa de auditoria será estruturado de forma padronizada e conterá minimamente:

- ✓ - Sistema organizacional a ser auditado;
- ✓ - Conceituação;
- ✓ - Áreas envolvidas;
- ✓ - Período;
- ✓ - Objetivos;
- ✓ - Cronograma dos trabalhos;
- ✓ - Equipe de auditores internos;
- ✓ - Custos envolvidos;
- ✓ - *Tick-marks* utilizadas;
- ✓ - Procedimentos;

- ✓ - Questionários de Avaliação - Controles Internos Administrativos (QACI);
- ✓ - Campo para observações dos auditores internos;
- ✓ - Conceito dos auditores internos;
- ✓ - Orientações gerais.

Para auxiliar na utilização do programa de auditoria, serão utilizados símbolos usuais de verificação denominadas *Tick-marks*. A principal função de tais marcas é evidenciar qual o tipo de revisão que foi efetuada sobre aquele item marcado. Alguns dos símbolos a serem utilizados são:

- Conforme documento original examinado (O);
- Conforme registro do sistema informatizado (☐);
- Conferido (\surd);
- Cálculo conferido (Σ);
- Ponto de relatório (X).

É importante que os programas de auditoria indiquem claramente o significado de cada símbolo empregado.

Segundo Attie (1998, p. 167) para a elaboração adequada de um programa de auditoria deve-se sempre levar em consideração:

- - Definição dos objetivos da área ou tarefa a auditar;
- - Avaliação do controle interno como base para a extensão e profundidade do trabalho a ser realizado;
- - Avaliação da relevância ou relatividade;
- - Definição dos procedimentos de auditoria e o momento de sua aplicação.

Almeida (1996, p. 68) evidencia os principais objetivos dos programas de auditoria são os seguintes:

- - Estabelecer por escrito a política da firma de auditoria;
- - Padronizar os procedimentos de auditoria dos profissionais de uma mesma organização;
- - Evitar que sejam omitidos procedimentos importantes de auditoria;
- - Melhorar a qualidade dos serviços de auditoria.

O programa de auditoria é um dos tipos de papéis de trabalho, quando realizado um novo programa de auditoria E recomendável que seja submetido a pelo menos um teste-piloto, especialmente diante da elevada complexidade e da falta de manualização ou de informações precisas a respeito do objeto da auditoria.

2.1.7 Conceitos de Fraudes e Erros

Para que o presente estudo seja entendido surge à necessidade de expressarmos os conceitos de fraudes e erros tendo em vista que são coisas distintas. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na NBC TI 01 (2003), que trata sobre os procedimentos de auditoria, demonstra a seguinte distinção:

- a) O termo fraude aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos, quanto monetários.
- b) O termo erro aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos, quanto monetários.

Os erros ocorrem dentro das organizações e cabe ao auditor verificar onde esses erros existem e relatar para que os responsáveis realizem a devida correção.

Conforme o autor Teixeira as principais fraudes nas empresas são: Furto (apropriação de algo que não pertence para uso próprio); Roubo (Apropriação por força - violência física ou moral); Apropriação indébita (Apropriação de algo tendo em conta a confiança que foi lhe dada); Sabotagem (O ato intencional de prejudicar sem tirar vantagem própria); Desperdício voluntário (Tudo que não é utilizado de maneira

responsável); Desvio de valores (Mudar a destinação de valores / Pagamentos a menor ou sonegação de impostos). (Teixeira, 2006).

2.1.8 Tipo de erros e fraude

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil – AUDIBRA, define a fraude como uma forma de irregularidade envolvendo práticas criminosas para obter uma injustiça ou vantagem ilegal. Refere-se a atos cometidos com a intenção de enganar, envolvendo mau uso dos ativos ou irregularidades intencionais de informação financeira, ou para ocultar mau uso dos ativos ou para outros propósitos por meio de: manipulações, falsificações ou alterações de registros e documentos, supressão de informações dos registros ou documentos; registro de transações sem substância; e mau uso de normas contábeis.

Conforme a Interpretação Técnica NBC T11 – IT – 03 (Fraude e erro), aprovada pela Resolução CFC nº 836/99, a fraude pode ser caracterizada por:

- a) manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, de passivos e de resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas (CFC, 1999, p. 207).

Em relação à diferenciação do erro e da fraude, em contabilidade, muito bem esclarece Serpa (2002):

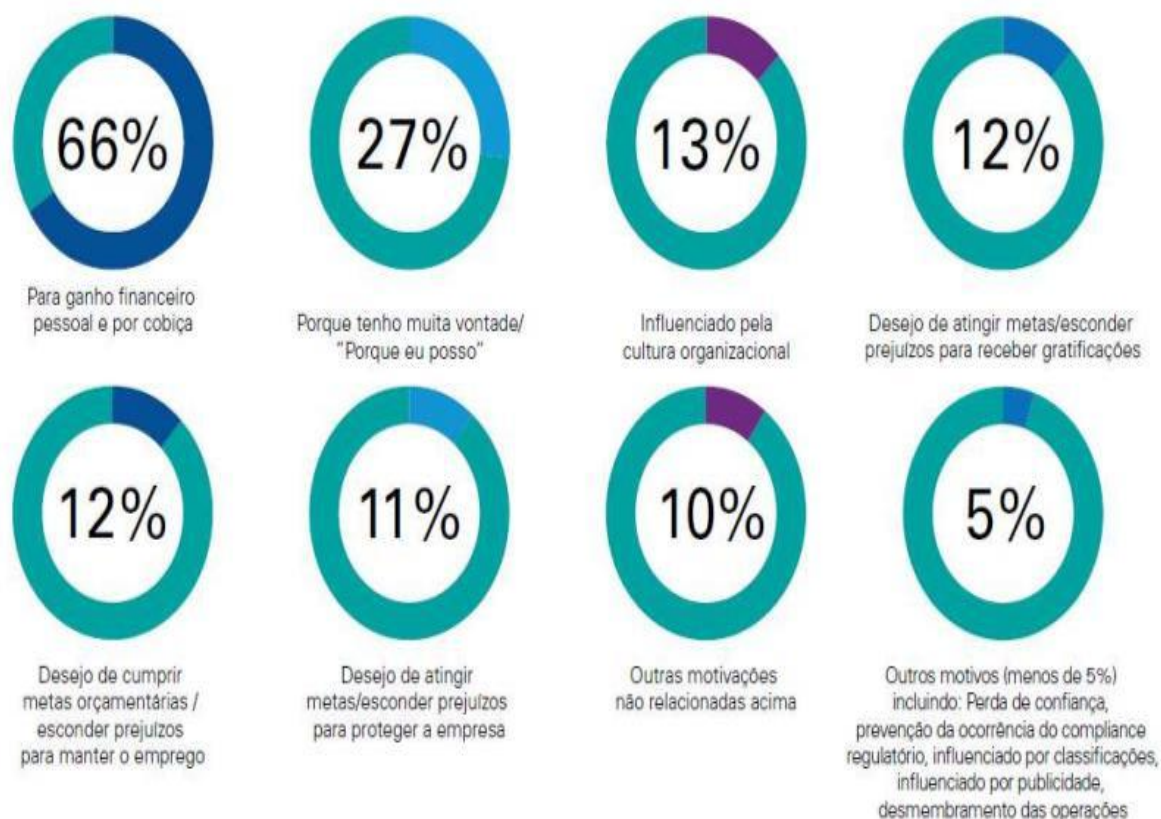
É preciso fazer distinção entre fraude e erro, em contabilidade. Fraude é uma ação premeditada para lesar alguém. O erro é uma ação involuntária, sem o intuito de causar dano. Embora possam ocorrer sobre os mesmos fatos e documentos (balanços, balancetes, livros comerciais etc.) são de características diferentes. (CONTADOR PERITO, 2002).

Pelo que já foi reportado, pode-se afirmar então que a diferença básica entre o erro e a fraude, é que o primeiro é involuntário, espontâneo e/ou não intencional e o

segundo é intencional, realizado com má-fé, visando como fim o benefício próprio e/ou de terceiros.

Na figura abaixo podemos verificar como o fraudador se utiliza desse modo para se justificar.

Figura 1 – Principal motivação para o Fraudador



Fonte: KPMG Internacional, 2016.

No âmbito das fraudes contra as organizações, para Attie (1992, p. 215-216), a fraude assume múltiplas modalidades. Das diversas classificações históricas de fraudes, já efetuadas, reveste-se de interesse a que as dividem em:

- a) Não encobertas: são aquelas que o autor não considera necessário mascarar, porque o controle interno é muito fraco. Um exemplo seria a retirada de dinheiro do caixa, sem se efetuar nenhuma contabilização.

b) Encobertas temporariamente: são feitas sem afetar os registros contábeis; por exemplo, retirar dinheiro proveniente das cobranças, omitindo o registro delas de modo que seu montante possa ser coberto com o registro de cobranças posteriores, e assim sucessivamente.

c) Encobertas permanentemente: nesses casos, os autores da irregularidade preocupam-se em alterar a informação contida nos registros e outros arquivos, para assim ocultar a irregularidade. Por exemplo, a retirada indevida de dinheiro recebido de clientes poderia ser encoberta, falsificando-se as somas dos registros de cobranças; porém, isto não bastaria, pois, como o valor a creditar aos clientes não poderia ser alterado sem o risco de futuras reclamações, deve-se procurar outro artifício.

2.2. CONTABILIDADE CRIATIVA: UMA INFLUENTE NOS ERROS DA CONTABILIDADE

Nos estudos a seguir encontra-se uma homogeneidade nas discussões referente à definição e aplicação da contabilidade criativa, dando enfoque no geral para utilização de seus conhecimentos sobre as normas para tirar vantagem, esconder algum erro na contabilidade, manipular valores dentre outros.

Segundo Michael e Jameson (1988) a contabilidade criativa é um processo de uso das normas contábeis, para contornar a legislação buscando uma saída fundamentada na flexibilidade e nas lacunas em aberto, deixando as demonstrações contábeis diferentes ao que diziam as normas.

Terry Smith (1992) caracteriza a contabilidade criativa como inadequada, exemplificando com o desenvolvimento empresarial ocorrido nos anos 80, o qual diz que foi ao invés de um crescimento real, apenas uma manipulação dos números contábeis repassados aos usuários das informações para tomar vantagem e utilizar estes atos como uma situação favorável da empresa.

Kamal Naser (1993) enfatiza que a contabilidade criativa é a consequência da manipulação dos números contábeis verdadeiros para satisfazer as necessidades da

empresa ou de quem os manipulam, se utilizando das brechas existentes nas normas ou ainda as desconsiderando.

Conforme Santos e Grateron (2003), o maior incentivo para contabilidade criativa é a impunidade do responsável pela informação. Segundo ele os auditores citam as seguintes causas como origem da contabilidade criativa:

- ✓ As características dos princípios e normas contábeis: existência de múltiplas estimativas; flexibilidade, arbitrariedade e subjetividade na aplicação; diferentes, porém válidas, interpretações dos princípios e normas contábeis; conceito base de Imagem Fidedigna pouco claro ou indeterminado; e cuidados da administração na aplicação de princípios como prudência, confrontação de receitas e despesas e uniformidade.
- ✓ As características sociais e de comportamento humano: valores éticos e culturais; e atitude do administrador diante da fraude.

Neste sentido Kraemer (2004) considera a contabilidade criativa permite transmitir uma situação favorável de crescimento das receitas que mantem ou valoriza o preço das ações, e esconde as informações que prejudicariam de alguma forma a imagem econômica financeira da empresa. Esta prática afeta diretamente todas as partes interessadas nas informações geradas pela contabilidade, vistas as distorções significativas na interpretação dos dados pelos usuários.

2.2.1 Quando a Contabilidade Criativa pode ser ilegal ou ineficaz?

De acordo com estudiosos do assunto, um gestor que relata o patrimônio que não demonstra a verdadeira natureza de uma atividade econômica está infringindo a lei, já que as demonstrações contábeis devem evidenciar a situação da empresa de forma clara, real e transparente.

Além disso, ela é considerada ilegal quando um gestor modifica relatórios financeiros para deixar de pagar impostos ou para conseguir financiamentos bancários, exibindo ao banco ou instituição financeira um resultado melhor que a real.

Nessa hipótese, se o banco conceder o empréstimo e perceber a fraude futuramente, poderá recuperar o valor legalmente perante juízo, alegando que as informações estavam deturpadas.

Também é possível que o ato seja considerado como crime de sonegação fiscal pela Receita Federal, caso o ato praticado se encaixe nos conceitos previstos no artigo 1º da Lei da Sonegação Fiscal (Lei n.º 4.729/65).

A empresa sofrerá diversos prejuízos excessivamente onerosos. Caso a contabilidade criativa não seja feita com cuidado, ela incorrerá em multas onerosas, perda de credibilidade, passivos fiscais, danos na imagem perante o mercado etc.

2.3 O QUE É COMPLIANCE

Comply, em inglês, significa “agir em sintonia com as regras”, o que já explica um pouquinho do termo. *Compliance*, em termos didáticos, significa estar absolutamente em linha com normas, controles internos e externos, além de todas as políticas e diretrizes estabelecidas para o seu negócio. É a atividade de assegurar que a empresa está cumprindo à risca todas as imposições dos órgãos de regulamentação, dentro de todos os padrões exigidos de seu segmento. E isso vale para as esferas trabalhista, fiscal, contábil, financeira, ambiental, jurídica, previdenciária, ética, etc.

Como alinhar a função de *compliance* aos valores e objetivos da organização?

No início da década de 90, quando o termo passou a ser adotado como princípio (sobretudo em instituições bancárias), *compliance* era apenas sinônimo de adequação jurídica. Com o tempo, percebeu-se que era impossível implementar procedimentos de conformidade sem conhecimento pleno dos processos internos, metodologias de trabalho utilizadas, políticas de estoques, estratégias de gestão de pessoas, técnica de melhoria contínua, harmonização contábil, etc. Assim, nos dias de hoje o conceito foi enriquecido com a abordagem sistêmica, do “chão” da fábrica à sala do presidente da empresa. Uma empresa que deseja se consolidar no mercado no longo prazo deve alinhar sua função de compliance aos objetivos estratégicos, missão e visão da companhia. Um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos

e legais que, uma vez definido e implantado, será a linha mestra que orientará o comportamento da instituição no mercado em que atua, bem como as atitudes de seus funcionários; um instrumento capaz de controlar o risco de a que se sujeitam as instituições no curso de suas atividades.

Candeloro e De Rizzo, afirmam que: (2012, p. 30)

Um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais que, uma vez definido e implantado, será a linha mestra que orientará o comportamento da instituição no mercado em que atua, bem como as atitudes de seus funcionários; um instrumento capaz de controlar o risco de imagem e o risco legal, os chamados 'riscos de compliance', a que se sujeitam as instituições no curso de suas atividades.

É através das ferramentas de *compliance* que uma empresa pode alcançar com maior solidez seus objetivos estratégicos. Não estamos, portanto, falando de conceitos conflitantes. Ao contrário, a sinergia da empresa com todas as normas, ditames de regulamentação e controles internos eficientes, representam maior qualidade na atividade empresarial (respeito às normas de qualidade), economia de recursos (evitando gastos com multas, punições e cobranças judiciais) e fortalecimento da marca no mercado (empresa séria e ética).

Outro ponto a ser destacado são os benefícios diretos e indiretos da implementação de uma política *compliance* efetiva, que, por si só, podem ser de grande importância para a empresa. Por exemplo:

- Melhorar a análise e a gestão de risco, com processos mais criteriosos e abrangentes;
- Estabelecer uma imagem positiva perante a sociedade;
- Desenvolver-se como marca empregadora, ou seja, tornar-se uma empresa atrativa para as pessoas trabalharem, bem como para reter talentos;
- Evitar punições legais e os efeitos negativos dessas consequências para imagem da empresa;
- Minimizar os danos diante de uma infração, dispondo de meios para colaborar com as autoridades.

Tudo isso cria condições mais favoráveis para o desenvolvimento das atividades da empresa, bem como para o seu crescimento na ampla maioria dos segmentos.

2.3.1 Como aplicar a política de *compliance*?

Uma política de *compliance* engloba o desenvolvimento de uma série de processos e sistemas internos, especialmente medidas de controle para tornar a organização mais ética e aderente às normas legais. Entre outros, podemos citar os seguintes exemplos:

- Mapeamento e gerenciamento de riscos;
- Treinamento dos colaboradores para o conhecimento e o cumprimento de regras;
- Diligência de terceiros;
- Canal de denúncias;
- Apuração e investigação interna;
- Processos de auditoria e controle interno.

O *compliance* é uma das áreas que tem ganhado notoriedade dentro das empresas. Sendo assim, cresce também a demanda das organizações por profissionais que dominem a aplicação dessas normas.

Como são muitas as informações que esses profissionais precisam absorver e considerando também que, com frequência, surge a necessidade de atualização.

No *compliance* existem 6 termos principais da área, a seguir citarei um destes como exemplo:

Know Your Employee (KYE): O processo de *KYE* (“Conheça seu funcionário”) é basicamente o processo de investigação que assegura a relação da empresa com seus funcionários.

Muitos podem enxergar nas normas de *compliance* um empecilho que dificulta os processos de contratação de funcionários. Mas a tecnologia possibilita que muitas das análises de *KYE* sejam realizadas de maneira rápida e completamente eletrônica

e automática, ao cruzar dados por meio de APIs, bancos digitais, listas atualizadas em tempo real e outros recursos.

Porém, infelizmente, algumas pessoas são capazes de abusar da confiança tirando proveito de seus empregadores, vendo dentro dessa relação uma oportunidade de exploração e favorecimento indevido, bem como uma oportunidade de plus salarial no emprego.

Para impedir que sua empresa seja atacada de dentro, por aqueles que deveriam zelar por ela, é necessário ter certeza de que a organização realmente conhece seus funcionários e as ameaças que eles podem trazer.

Colares afirma que (Colares, 2014, p. 64).

Garantir a aderência e cumprimento de leis; desenvolver e fomentar princípios éticos e normas de conduta; implementar normas e regulamentos de conduta; criar sistemas de informação; desenvolver planos de contingência; monitorar e eliminar conflitos de interesses; realizar avaliações de risco periódicas; desenvolver treinamentos constantes e estabelecer relacionamento com os órgãos fiscalizadores, auditores internos e externos e associações relacionadas ao setor da companhia.

Ameaças internas podem vir de várias formas. Elas podem incluir um de seus funcionários enviando falsas declarações de viagem e de subsistência, fazendo mau uso do cartão de crédito da empresa ou fazendo conluio com fornecedores para manipular contratos e falsificar faturas. Na verdade, um funcionário mal-intencionado pode ter como alvo qualquer um de seus ativos, se vir uma oportunidade de favorecimento, tiver os meios e oportunidades para agir e estiver motivado para cometer a fraude.

Não são apenas as ações intencionais de seus funcionários que podem colocar sua empresa em risco. A falta de conscientização de sua equipe em áreas como segurança da informação (IT), por exemplo, poderia permitir que outras pessoas cometessem fraudes contra seus clientes. Nesse sentido, há estudos que sugerem que cerca de 80% de todas as violações de dados envolvem funcionários internos, com alguma forma de participação, direta ou indireta.

Abaixo uma lista com as fraudes e violações mais comuns, cometidas por colaboradores:

- Fraude de aquisições
- Fraude de viagens e subsistência
- Gestão de pessoas
- Explorando ativos e informações
- Fraude de pagamentos
- Fraude de recebimentos
- Contabilidade falsa

Para a prevenção e detecção destes problemas, sugere-se que o ponto de partida perfeito seja justamente no começo. Para ser eficaz, a devida diligência deve começar pelos recursos humanos da empresa ou departamento pessoal, na fase de recrutamento e seleção.

Sobre a ética de como alguém deve agir, Morin diz que: (2004, p. 29)

A ética, como toda emergência, depende das condições sociais e históricas que a fazem emergir. Mas é no indivíduo que se situa a decisão ética; cabe a ele escolher os seus valores e as suas finalidades.

Uma parte importante do processo de verificação são as referências. Quais procedimentos estão em vigor na sua empresa para a checagem de referências? Por exemplo, quem as obtém? Existe uma verificação do endereço e outros detalhes pertinentes? As comparações são realizadas com outras referências? Você tem permissão para auditar ou verificar por si mesmo? A falha em verificar corretamente as referências pode causar danos sérios ao constrangimento e à reputação. Medidas simples podem reduzir as chances de fraude interna, entre elas certificar-se de que você sabe quem você está empregando em primeiro lugar e como essa triagem está sendo realizada.

Não está se falando aqui de pedir ao candidato uma lista de certidões, inclusive de antecedentes criminais ou coisas do tipo, mas sim de vida profissional pregressa e o que levou aquele candidato a sair do antigo emprego e querer trabalhar na sua empresa, nesse momento de contratação, todo cuidado é sempre importante.

Em geral, as empresas brasileiras de pouca estrutura, sob o aspecto da governança, relutam em adotar programas de *compliance* em seu universo. É o velho

hábito do brasileiro de preferir remediar a prevenir. O problema é que travar uma longa briga judicial porque uma lei trabalhista foi descumprida, arcar com multas pesadas da Receita Federal por falhas em sua prestação de contas ao Fisco ou mesmo receber imposições por descumprimento às leis ambientais enfraquecem a empresa no mercado, sublimam sua credibilidade e secam seu caixa e suas perspectivas de futuro.

Subestimar o *compliance* e a importância de jogar dentro das regras é o que explica, talvez, porque a taxa de mortalidade das empresas com até 5 anos de vida beira os 50% no Brasil. Menos de 20% das empresas chegam aos seus 10 anos de vida, em geral, por falta de controles internos, falhas de gestão, respeito às normas e regulamentação.

2.4 PERFIL DO FRAUDADOR

A importância de conhecer o perfil do fraudador está diretamente ligada ao desenvolvimento de ferramentas para prevenção das fraudes.

Com base em uma pesquisa mundial realizada por profissionais da KPMG que investigaram 750 fraudadores entre março de 2013 e agosto de 2015, o fraudador típico tem características semelhantes quando comparadas com as pesquisas da KPMG concluídas em 2013 e 2010. De forma consistente por todas as pesquisas da KPMG, o autor da fraude tende a ser do sexo masculino, com idade entre 36 e 55 anos, que trabalha junto à organização vítima por mais de seis anos, e que mantém uma posição executiva em operações, finanças ou gestão geral. As principais características adicionais do fraudador reveladas na pesquisa de 2015 são as seguintes:

- Conhecem bem a organização e os serviços;
- Atraem para si atribuições de colegas, quebrando a segregação de funções;
- Conquistam a confiança e simpatia dos superiores, colegas, subordinados e clientes;
- São prestativos, simpáticos, resolvem todos os problemas;

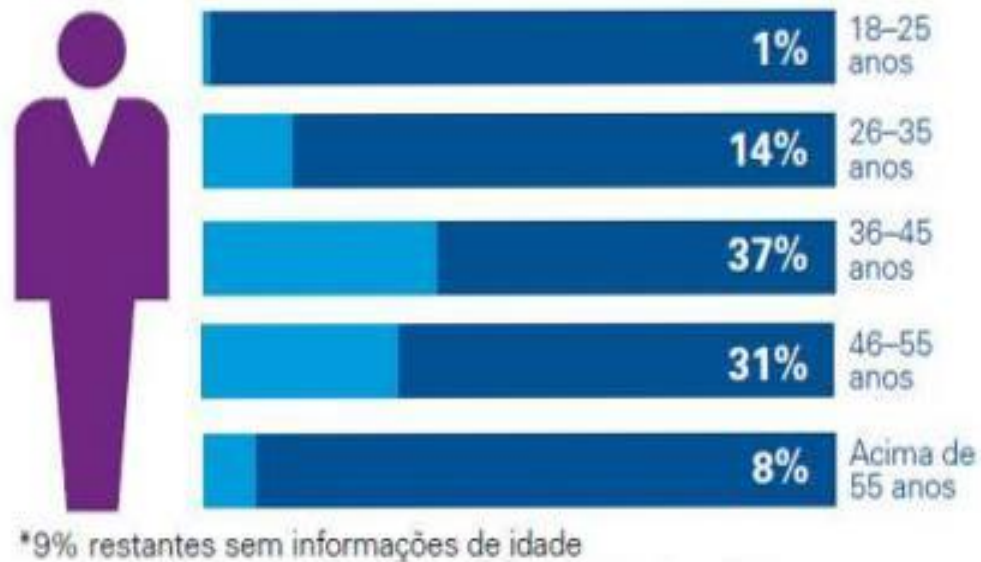
- São assíduos e muitas vezes, comparecem ao local de trabalho mesmo durante as férias para auxiliar nos serviços;
- Permanecem muito tempo na mesma função, por falta de rodizio;
- Resistem a mudanças, invocando o interesse dos serviços;
- Descumprem instruções, procedimentos sob pretexto de agilizar a execução dos serviços, ou melhorar o atendimento aos clientes.

E ainda, muitos possuem diplomas universitários e comandam jogadas empresariais de alto risco. Preferem trabalhar sozinhos, mas, quando atuam em parceria, multiplicam ganhos em quase sete vezes, trabalham a muito tempo na organização e tem a confiança de seus diretores.

Segundo um estudo apresentado pela KPMG (2016) o perfil do fraudador pode ser descrito da seguinte forma:

2.4.1 Principais características adicionais do fraudador.

79 por cento dos fraudadores são homens; a proporção de mulheres subiu de 13 por cento, em 2010, para 17 por cento. — 68 por cento dos autores (homens e mulheres) estão na faixa de idade entre 36 e 55, quase o mesmo número observado na pesquisa anterior, publicada em 2013. Quarenta e cinco por cento das mulheres fraudadoras, o maior grupo com características em comum, se enquadram no grupo da faixa etária entre 36 e 45 anos de idade. — 14 por cento dos fraudadores estão na faixa etária entre 26 e 35 anos de idade, um crescimento de 12 por cento em relação à 2010. A proporção de mulheres nessa faixa etária diminuiu de 24 por cento, em 2010, para 19 por cento, em 2015. A proporção de seus pares masculinos aumentou de 9 por cento para 13 por cento, ao longo do mesmo período.

Figura 2 – Idade do Fraudador

Fonte: KPMG Internacional, 2016.

As fraudes internas, por exemplo, são algo que as grandes organizações deveriam ter em mente o tempo todo. Geralmente quando as coisas vão bem ninguém pensa em investigar ou ficar de olho nisso, porém essa é uma oportunidade fácil para as pessoas motivadas cometerem fraude. Pesquisas indicam que as empresas perdem cerca de 5% do seu lucro anual em golpes.

Por causa disso, alguns psicólogos e especialistas começaram a analisar o porquê de muitas pessoas serem levadas a cometer fraudes, e quais as razões e motivações por trás disso.

2.4.2 Os motivos que encorajam fraudes

Na tentativa de entender melhor o cenário que leva uma pessoa a dar um golpe, o sociólogo Donald Cressey criou o triângulo da fraude. Consiste em três motivos base que encorajam a mente de certas pessoas a cometerem fraudes. São eles: pressão, oportunidade e racionalização. Já o professor de Ética Empresarial e Gestão da integridade da Universidade de Roterdã, Muel Kaptein, aponta em um estudo pelo

menos 23 armadilhas psicológicas que podem levar as pessoas a cometerem fraudes, que também transita pelos motivos já citados acima.

Figura 3 – Triângulo da Fraude



Fonte: Brasiliano (2019).

As pressões do dia a dia no trabalho, até mesmo em casa, problemas financeiros ou vícios são umas das principais motivações que levam as pessoas a tentarem o caminho mais fácil de um possível golpe, como falsificar um documento, enviar um cheque sem fundos ou até roubar dinheiro. Quando se fala de oportunidade que leva ao golpe, geralmente se remete as pessoas que tem posições privilegiadas e usam disso muitas vezes a seu favor, em segredo, cometem crimes.

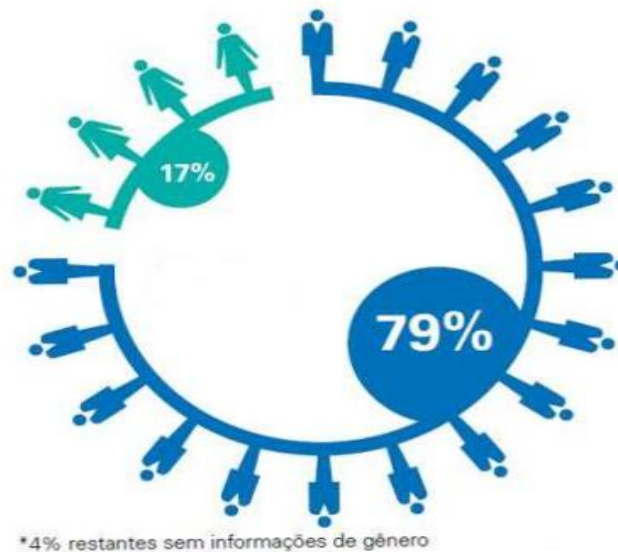
Já a racionalização reflete casos de indivíduos que tentam justificar para si próprios que seus motivos são justos e compreensíveis. Seja uma vingança pessoal, um senso de justiça distorcido, um pequeno roubo que se justifica em algo maior, como prover para sua família.

De qualquer forma, os especialistas apontam que para todos esses casos nada é tão simples, considerando toda a complexidade da mente do ser humano. De maneira geral não se pode controlar a racionalização ou as pressões que cada um vive. No entanto, é possível controlar a oportunidade.

No caso de organizações, aumentar a segurança dos processos e operações de suas plataformas, promover controles internos com frequência para identificar possíveis golpes. Algumas empresas como a Apple, por exemplo, já incluíram um

espaço exclusivo com conteúdo para ajudar seus consumidores a se protegerem de golpes.

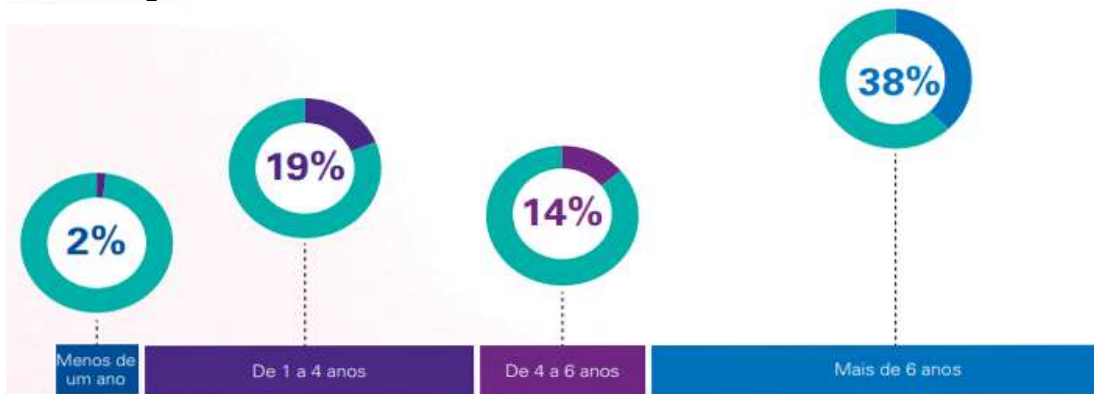
Figura 4 – Gênero do Fraudador



Fonte: KPMG Internacional, 2016.

A edição mais recente da pesquisa “Perfil do fraudador” da KPMG (2016), com base em dados apurados em 750 investigações de fraudes em 78 países, apontou que o típico fraudador empresarial é uma ameaça interna (65% são funcionários), com um cargo de nível de diretoria (35%) e que trabalha na empresa há no mínimo seis anos (38%). Além disso, ele tem autoridade ilimitada dentro da organização, podendo transgredir os controles internos (44%).

Figura 5 – Anos de Trabalho



Fonte: KPMG Internacional, 2016.

Ainda no perfil, percebemos que o típico fraudador geralmente é descrito como autoritário (18%), entretanto, a probabilidade de enxergá-lo como amigável é três vezes maior do que de vê-lo de outra maneira. Além disso, ele tende a ser respeitado, com 38% dos fraudadores descrevendo a si mesmos como bem respeitados na organização”, analisa o sócio da área de tecnologia forense da KPMG no Brasil, Antônio Gesteira.

Outra conclusão do estudo é que a fraude tem mais chances de ser realizada em conluio (62% em contraste com 38% do que a cometida por um indivíduo sozinho). Embora a maior parte aconteça em empresas mistas (46%), os homens ainda tendem a unir-se em conluio em maior proporção do que as mulheres (39% são grupos masculinos, em contraste com 7% de grupos de femininos).

“Mesmo que os controles sejam robustos, os fraudadores podem e irão esquivar-se deles ou infringi-los. Os fraudadores em conluio são capazes de driblar controles em 16% dos casos. Importante frisar que partes externas estão envolvidas em 61% das fraudes deste tipo”, afirma Gesteira.

A fraude mais comum, de acordo com os resultados, é a apropriação indébita, ou simplesmente o roubo de ativos, que corresponde a 56% dos casos. Destes, 40% consistem em desvio de recursos e em 27% dos casos, acontecem fraudes em compras.

Na organização uma grande parte dos fraudadores possuem cargos corporativos.

34 por cento dos fraudadores são executivos ou diretores não-executivos; 32 por cento são gerentes e 20 por cento são membros do corpo funcional da empresa. (Em 2013, os índices respectivos eram 32 por cento, 25 por cento e 16 por cento.)

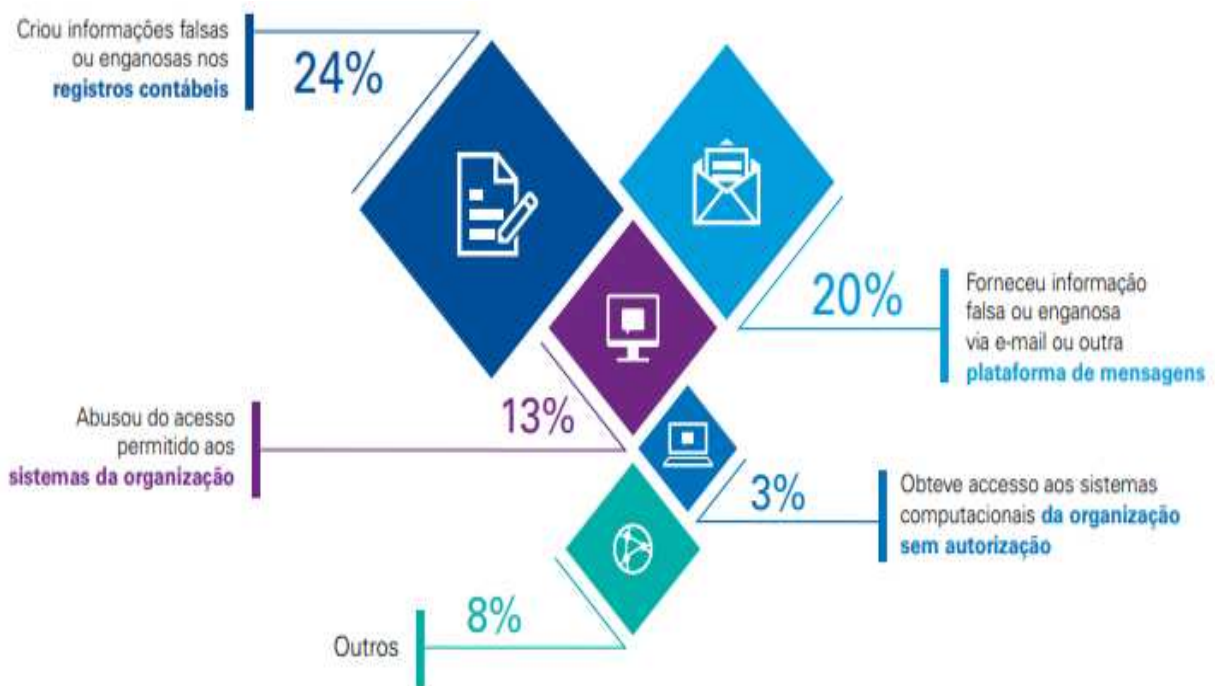
42 por cento das autoras femininas eram membros do corpo funcional da empresa (decrecendo dos 46 por cento observados em 2010), 38 por cento são gerentes (aumentando dos 28 por cento em 2010) e 13 por cento são executivas. Os seus pares masculinos responderam por somente 15 por cento dos fraudadores em nível de corpo funcional da empresa e 32 por cento em nível gerencial.

52 por cento dos fraudadores na região da Oceania ficavam no nível do corpo funcional da empresa, e na África e no Oriente Médio 47 por cento ficavam no nível gerencial (em comparação com os 33 por cento observados neste mesmo nível na América do Norte), e na Europa, 39 por cento dos fraudadores ficavam no nível de diretoria.

2.4.3 A tecnologia a favor do fraudador.

Uma mudança crucial é o crescente uso da tecnologia pelos fraudadores. "Estamos em uma nova geração de pessoas capazes de utilizar meios tecnológicos para ter acesso a um número maior de informações do que as gerações passadas. Tudo isso aponta para uma nova era de atividades ilegais e de fraudes", completa Antônio Gesteira.

Figura 6 – Como a tecnologia foi utilizada para cometer a fraude.



Fonte: KPMG Internacional, 2016.

Além dos fraudadores que conhecem, controlam e sabem manipular os sistemas, existem também os que encontram falhas por acidente ou realmente as

procuram, para então explorá-las. Outro ponto indicado na pesquisa é que mais da metade (54%) das fraudes foram facilitadas por controles internos deficientes. Isso sugere que as organizações necessitam realizar controles mais rígidos e supervisionar os funcionários mais de perto. "Os controles internos e ações de *compliance* tornam-se cada vez mais vitais para uma empresa não passar pelos apuros de uma fraude. Nesse contexto, haveria uma diminuição drástica nas oportunidades de desvio dos colaboradores", finaliza Gesteira.

2.4.3.1 Tecnologia no combate à fraude

Segundo o levantamento, as empresas não estão conseguindo utilizar ao máximo a tecnologia para combater a fraude, mesmo ela sendo uma viabilizadora significativa de atividades fraudulentas. A tecnologia é considerada uma viabilizadora significativa para cerca de 25% dos 750 fraudadores investigados. Por outro lado, o relatório mostra que as ferramentas de análise de dados proativas desempenham um papel menor no combate à fraude, com somente 3% dos fraudadores sendo detectados dessa maneira.

"O caráter ambíguo da tecnologia em termos de fraudes só tende a ficar mais acentuado. À medida que a tecnologia se torna mais avançada, também avançam os esquemas para utilizá-la maliciosamente. Porém, estamos vendo poucas evidências de que as empresas estão fazendo o mesmo para evitá-la. Sistemas de monitoramento de ameaças e ferramentas de análise de dados são imperativos para as organizações que estão na vigilância contra comportamentos estranhos ou suspeitos", analisa o sócio da KPMG.

A pesquisa apontou ainda que os fraudadores especialistas em tecnologia estão utilizando-a de diversas formas: cerca de 24% estavam vinculados à criação de informações falsas ou enganosas em registros contábeis; 20% envolviam fraudadores disseminando informações falsas ou enganosas por e-mail ou outra plataforma de envio de mensagens; e 13% envolviam criminosos abusando do acesso autorizado a sistemas de computador.

Figura 7 – Recomendações para combater a Fraude.



Fonte: KPMG Internacional, 2016.

“É importante que as empresas invistam em controle interno. O número de fraudadores capazes de praticar ações que visam tirar vantagem de controles deficientes aumentou para 27%, em comparação com os 18% do relatório de 2013. Além disso, 44% foram detectados como resultado de uma pista ou reclamação e apenas a metade disso como resultado de uma revisão da administração. A globalização e a regulamentação são apenas algumas das megatendências que reforçam os motivos pelos quais os controles nas empresas são mais importantes do que nunca”, finaliza Gesteira.

A seguir, temos um demonstrativo das motivações para as Fraudes. Diamante da Fraude criado por David T. Wolfe e Dana R. Hermanson em 2004 que insere a capacidade.

- A capacidade, ocorre com a habilidade do profissional conhecer os processos e/ou ter poder dentro da organização.

Figura 8 – Diamante da Fraude



Fonte: Brasileiro (2019).

Pentágono da Fraude é um método científico desenvolvido na tese de doutorado do Professor Doutor Renato Santos em 2017 e tem como objetivo auxiliar no combate à fraude e ao assédio dentro das organizações, ultrapassando o diamante da Fraude após inserir a disposição ao risco.

- Disposição, é o apetite ao risco que o fraudador tem após avaliar cometer a fraude.

Figura 9 – Pentágono da Fraude



Fonte: Brasileiro (2019).

2.4.4 Como foram detectadas as fraudes

Pode-se observar que as fraudes têm um certo padrão para acontecer, veja como foram detectadas as fraudes.

O padrão de detecção é bem diferente para cada caso. Os fraudadores que agem sozinhos são pegos na maioria das vezes em função da revisão gerencial, acidentalmente ou pela auditoria interna. Para os conluiados, os principais métodos de detecção são delações, revisão gerencial e denúncias anônimas. As delações e as denúncias anônimas tiveram, sem sombra de dúvidas, a maior incidência de descoberta de grupos de cinco e/ou mais conluiados, o que sugere que outras formas de detecção possam ser ineficazes dentro de esquemas de conluio razoavelmente grandes. Os fraudadores que atuam sozinhos tendem a ser mais juniores que os seus pares conluiados. Controles internos deficientes são um fator maior para os fraudadores que trabalham sozinhos do que são para os conluiados (66 por cento em comparação 58 por cento). Em função disso, mais são pegos por acaso do que os conluiados (19 por cento em comparação com 10 por cento).

2.4.4.1 Como se prevenir das fraudes

A prevenção a fraudes não é um processo estático. Não existe ponto de partida ou de chegada. Pelo contrário, a prevenção a fraudes é um ciclo contínuo que envolve monitoramento, detecção, decisões, gerenciamento de ocorrências e aprendizagem. Isto é, as organizações devem se esforçar para aprender constantemente com os incidentes de fraude e incorporar os resultados em processos futuros de monitoramento e detecção. Para identificar e deter uma série de ataques fraudulentos de maneira rápida e precisa – ao mesmo tempo melhorando a experiência do cliente –, as empresas devem seguir três passos essenciais:

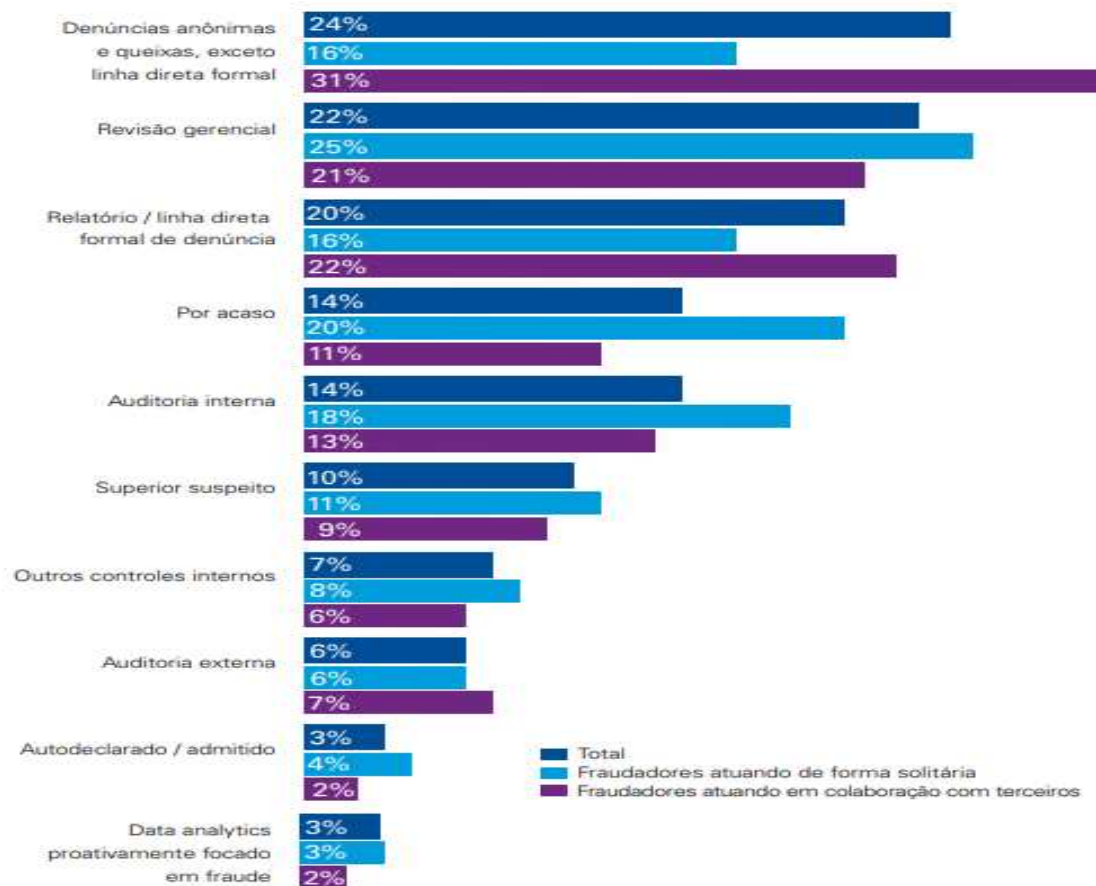
- ✓ Capturar e agregar todos os tipos de dados disponíveis entre canais e incorporá-los ao processo analítico;
- ✓ Monitorar continuamente as transações e aplicar análises comportamentais para permitir a tomada de decisão em tempo real;

✓ Empregar técnicas de segurança em camadas.

Uma solução eficaz de prevenção a fraudes deve conter regras para gerenciamento de routing e de ocorrências, assim como a capacidade de detectar fraudes, aplicar políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e marcar transações que precisem de revisão. A inteligência analítica está na base de qualquer solução eficaz e a tecnologia de prevenção a fraudes que você escolher deve poder aprender com padrões complexos de dados e usar modelos de decisão sofisticados para melhor gerenciar os falsos positivos.

Com essas técnicas, as organizações devem ser capazes de usar as ricas informações obtidas pós-fraudes para construir modelos melhores, gerar tendências e previsões, e determinar como novos produtos e linhas de negócio afetarão crimes futuros e o ambiente operacional.

Figura 10 – Recomendações para combater a Fraude.



Fonte: KPMG Internacional, 2016.

2.4.4.2 Características dos fraudadores

O fraudador está ao nosso lado, convivendo no mesmo ambiente, por isso, é de fundamental importância conhecer quais são as características do fraudador, entender o seu racional, sua motivação, sua forma de agir.

Alguns estudos sobre o assunto definem dois tipos básicos de fraudadores:

- O fraudador profissional,
- E o fraudador por ocasião.

No caso do fraudador profissional, são na grande maioria profissionais com inteligência acima da média, bem-educados, com um excelente conhecimento da dinâmica dos negócios. Conseguem identificar as fraquezas dos sistemas de controles internos e dos registros financeiros.

Utilizam-se da engenharia social, que é o método de ataque, onde alguém faz uso da capacidade de persuasão, muitas vezes abusando da ingenuidade ou confiança das pessoas, para obter informações que serão utilizadas para realização da fraude. Muitas vezes se utilizam desta condição para cooptar pessoas para a realização da irregularidade.

São profissionais com alto índice de confiança, segurança e apresentam uma autoestima diferenciada. Demonstram ser comprometidos com a organização, são pessoas que quando descobertos, ninguém acredita que tenham realizado a fraude.

Já o fraudador por ocasião é um profissional que não pensa em fraudar, contudo, quando se depararem com uma oportunidade, e se estiverem motivados realizarão a fraude. Normalmente são irregularidades pueris com grande chance de serem identificadas em uma avaliação da auditoria.

Somente para lembrar que para a ocorrência da fraude é necessário que existam três condições, denominadas como o triângulo da fraude, já mencionada acima: a oportunidade, a motivação e o racional.

A oportunidade, na grande maioria das vezes, é condição criada pela própria corporação, principalmente quando ela é negligente na condução e gerenciamento dos riscos e controles internos.

Frequentemente, a fraude por ocasião, é cometida em uma situação de pressão, seja ela motivada por necessidade pessoal ou corporativa. Normalmente são motivadas pela insatisfação com a organização, pela pressão da empresa em atingir metas irreais, pressão exageradas de chefes, ou então pressões pessoais como dívidas, gastos particulares maiores que o salário, segunda família e etc.

Estas pessoas que cometem a fraude criam um racional muito forte, acreditando que o que estão fazendo é correto, que não tem nada errado, e que é para o bem da empresa ou para o bem dos seus funcionários.

Características dos tipos de racionais:

- Não faço nada diferente do que o meu chefe faz, todo mundo inclui despesas pessoais nos relatórios de despesas! (funcionário que incluía despesas pessoais e/ou fictícias);
- Se não fizermos isto (sonegar impostos nas vendas), não sobrevivemos, pois, o mercado todo faz isto! (empresário sonegando faturamento);
- Foi somente um empréstimo, a empresa tem muito dinheiro, vou devolver tudo, tenho tudo planejado. (desvio de dinheiro pelo tesoureiro);
- As regras contábeis não são claras, esta forma de registro para redução dos impostos é totalmente aceitável, (fraude tributária);
- Sou de confiança, me sinto até irmão dos acionistas, por isso participei da distribuição de lucros, (desvio de dinheiro realizado pelo gerente geral);
- Estava em minha alçada como presidente da empresa fazer doações de até US\$ 200 mil ano, foi o que fiz, não tem nada de errado! (Presidente fazia doações anuais, pelo total, para o country club, o qual era acionista majoritário);
- Fiz isto pelo bem da organização, se não tivéssemos atingido a meta, muitos trabalhadores poderiam perder seus empregos. (vendas fictícias).

2.4.4.3 Como conhecer as variáveis do fraudador pode auxiliar o auditor

As fraudes corporativas ocorrem com muita frequência no meio empresarial. São mais comuns do que podemos imaginar. Quando analisadas com mais profundidade, as fraudes corporativas mais recentes revelam uma associação preocupante de dois fatores que podem elevar ainda mais a incidência de desvios nas organizações.

Enquanto, de um lado os fraudadores inovam na forma de agir e aproveitam as brechas existentes nos sistemas de segurança corporativos, as organizações demonstram pouca eficiência na prevenção e detecção destas irregularidades. Os sinais de perigo, que se apresentam com muita frequência, não são percebidos, ou pior, não recebem a devida atenção da alta administração das organizações.

Por sua vez, Gillett e Uddin (2005) concluíram que, quanto maior a organização, maior a probabilidade de ocorrer uma fraude contábil. Para Crutchley, Jensen e Marshall (2007), as fraudes contábeis, geralmente, ocorrem em um ambiente que apresenta as seguintes características: rápido crescimento, relevante gerenciamento de resultados, poucos membros externos no comitê de auditoria e diretores externos que trabalham em diversos outros comitês.

O resultado desta ignorância, ou falta de atenção, é que as fraudes ganham, pouco a pouco, novas feições e crescem os casos de formação de verdadeiras quadrilhas, que reúnem funcionários, fornecedores e clientes. Observamos, em nossa atuação profissional, que as fraudes ocorrem em função do enfraquecimento das estruturas de controle, ou da fragilidade dos mecanismos de prevenção e detecção.

É preciso muita atenção nas decisões que envolvam redução de custos, para que os controles internos não sejam comprometidos em relação às áreas que sofrem alguma diminuição no seu quadro de colaboradores. Uma vez enfraquecidos os procedimentos e controles internos, a corporação se coloca em uma posição de vulnerabilidade. As organizações estão negligenciando os sinais de alerta, e isso é muito perigoso. As empresas não podem descuidar ou ignorar os sinais de perigo.

É importantíssimo que sejam desenvolvidos processos internos, implementadas medidas para recolher indícios, investigar adequada e profundamente estes indícios, e assim, responder aos mesmos de maneira correta e imediata. Vale lembrar que, na maioria das vezes, o fraudador não age apenas uma única vez.

Ao contrário, uma fraude tende a gerar outras para encobrir possíveis rastros. Elas não são fatos isolados. Podem ser cometidas por vários cúmplices. A tendência de formação de grupos de fraudadores é uma situação mais constante do que se possa imaginar, pois as fraudes cometidas por um único funcionário estão chegando ao fim.

Além das demonstrações contábeis, a literatura também apresenta a relação entre as fraudes e a mudança de auditoria. Summers e Sweeney (1998) mostram que uma empresa que está envolvida em fraude acaba mudando de empresa de auditoria com o fim de diminuir a chance de ser descoberta. Kamarudin, Ismail e Mustapha (2012) acrescentam que o tamanho da empresa de auditoria também é um fator que influencia a fraude

Começam a se instalar esquemas de conluio envolvendo pessoas em diversas áreas, pois, a cada dia, as fraudes se tornam mais complexas e mais difíceis de serem descobertas. Esses verdadeiros esquemas necessitam da participação de colegas que trabalham nas áreas responsáveis pela aprovação e realização dos pagamentos e, às vezes, de funcionários dos fornecedores e clientes.

A melhor forma de reduzir riscos é atuar proativamente e adotar sistemas de prevenção, como a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e contratação pelo Setor de Recursos Humanos. É preciso conhecer muito bem quem é convidado para trabalhar na Organização, e essa preocupação pode envolver consultar a empresas anteriores e a ex-colegas de trabalho do candidato.

Além da auditoria e as variáveis contábeis, grande parte da literatura apresenta a relação entre a governança corporativa e a fraude contábil. Yu, Zhen e Zhang (2010), por exemplo, encontraram indícios de que as empresas fraudulentas apresentavam mecanismos de governança pobres em relação às empresas não fraudulentas. Curti e Mihov (2018), por sua vez, mostram a relação das perdas da fraude e a qualidade de governança no país, já Koch-Bayram e Wernicke (2018)

asseveram que o perfil dos CEOs pode indicar a propensão de organizações financeiras quererem se envolver em fraudes nas demonstrações contábeis.

Promover a rotatividade de funcionários em funções - chave, também é uma medida eficiente para prevenir, ou, ao menos, detectar precocemente as fraudes. Importante observar que, em alguns casos, as fraudes são descobertas quando a pessoa muda de função, troca de área ou é substituída temporariamente.

A análise de dados financeiros, com o cruzamento eletrônico de informações, também pode trazer à tona pontos de atenção. Ao invés de esperar uma eventual denúncia, a Empresa pode conferir se em alguma fatura de Fornecedor o endereço de entrega é o endereço de algum colaborador, ou se o número da conta bancária para pagamento coincide com o de contas de colaboradores (ou parentes do mesmo) da empresa. Para Beasley (1996), entretanto, a presença de um comitê de auditoria não afeta significativamente a probabilidade de ocorrência da fraude contábil.

Em muitos casos, após a descoberta da fraude, verificou-se que o comportamento do colaborador já dava pistas de que algo estava errado. Alguns sinais podem ser observados quando o Colaborador:

- Não busca ou recusa promoções;
- Raramente tira férias;
- Reluta em fornecer registros e informações de sua área;
- Tem um grupo de "favoritos", ou prefere se cercar de pessoas que não vão desafiá-lo;
- Apresenta indícios de maus hábitos pessoais, vícios, ou tem um estilo de vida superior à sua renda;
- Dá muita atenção a alguns funcionários e mantém outros à distância; g) Só realiza vendas com apenas um determinado Representante do Fornecedor;
- É estressado ou vive sob pressão, parecendo infeliz e desmotivado no trabalho.

Nesse sentido, Beasley et al. (2000) destacam a importância de se considerar o setor para a análise de fraude em demonstrações contábeis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DEFINIÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

No presente trabalho foi apresentado a utilização de diversos métodos de pesquisa, a fim de trazer esclarecimentos ao problema apresentado como tema do trabalho.

Para realizar uma pesquisa é preciso obter uma metodologia bem alinhada com os propósitos do estudo. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 14) a metodologia é compreendida como uma possibilidade para estudar, compreender e avaliar os métodos assim disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. Essa metodologia nos auxilia que se aplicada corretamente examina e descreve e avalia os métodos e técnicas de pesquisa que possibilita a coleta e processamento de informações que auxiliam na resolução de um problema/investigações.

Freitas nos diz que (2013, p. 14)

A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade. Para entender as características da pesquisa científica e seus métodos, é preciso, previamente, compreender o que vem a ser ciência. Em virtude da quantidade de definições de ciência encontrada na literatura científica, serão apresentadas algumas consideradas relevantes para este estudo. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14)

Dermo 2001 relata que a metodologia se trata das formas de fazer ciências, cuida-se dos procedimentos e das ferramentas e caminhos.

Outro conceito é o de Hegenberg (apud Lakatos, 1983) que define como um caminho onde se chega ao resultado mesmo que não tenha sido alinhado e refletido antes.

A metodologia é indispensável para realização de qualquer trabalho acadêmico porque através dela que é composto todo o embasamento para a realização do estudo, utilizando esse conjunto de informações que a metodologia apresenta conseguimos chegar ao fim que se deseja.

3.1.1 Tipologias da pesquisa quanto aos objetivos

No presente trabalho a fim de esclarecer os objetivos do estudo será empregado o método de pesquisa descritiva.

As pesquisas descritivas possuem o objetivo de realizar a exposição das características de uma determinada população ou fenômeno demandando técnicas padronizadas para a coleta de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Pesquisas descritivas vão além da simples identificação de variáveis, elas determinam a natureza da ação, as mesmas servem para obter uma visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2010).

3.1.2 Tipologias da pesquisa quanto aos procedimentos

A tipologia quanto aos procedimentos será realizada através da pesquisa bibliográfica e documental.

3.1.3 Pesquisa Bibliográfica

É definido por Prodanov e Freitas, 2013 quando a pesquisa é elaborada a partir de material já divulgado em outra fonte, que são inúmeras a serem citadas, tais como: Livros, artigos, teses, jornais entre outros; Todas as fontes devem ser confiáveis e oferecer informações confiáveis, com conteúdo de qualidade. Verificar a procedência se faz indispensável sempre atentando-se para possíveis incoerências ou contradições que o material possa apresentar.

Para Silva 2003, a pesquisa bibliográfica fornece dados para todos os dias de pesquisa, porém pode esgotar-se em si mesma.

Ferrari 1982 sugere o seguinte roteiro: Levantamento de publicações sobre o assunto; Seleção de fontes de referência; Consultas de dicionários; Consultas pessoais e estudiosos e especialistas sobre o assunto; Pesquisa bibliográfica propriamente

3.1.4 Pesquisa Documental

A pesquisa documental segundo Silva 2003 pode manter fontes diversificadas e dispersas.

Ferrari 1982 afirma que, o fim da pesquisa documental traz por finalidade reunir, classificar e distribuir documentos de todos os gêneros.

Segundo Gil 1992, a pesquisa documental tem vantagens:

Os documentos constituem forma rica e estável de dados;

Como mudam ao decorrer do tempo torna-se mais importante que as que possuem natureza histórica;

Custo baixo se relacionado com demais pesquisas;

Não exige contato com os sujeitos da pesquisa.

3.2 LEVANTAMENTOS DE DADOS E INFORMAÇÕES

O objetivo desta pesquisa foi descrever o perfil e as características daquele que comete uma fraude, e descrever como uma boa Auditoria aplicada na empresa pode ser benéfica para prevenir possíveis fraudes.

O método usado para chegar ao resultado foi através de pesquisas secundárias, por onde se buscou uma interação melhor sobre o tema abordado.

Essa busca se obteve em sites da internet como o KPMG (2016), sites de revistas como a Isto é Dinheiro (2002), Veja (1999) e também em um site de referência para quem trabalha com contabilidade, Contábeis.com (2016), Conselho Federal de Contabilidade (2003), sem deixar de lado as referências de autores, que com suas expertises lançaram livros que contemplam o tema abordado, tais como: Almeida (2003), Attie (2000), Crepaldi (2002), Franco e Marra (2001), Gil (1996), com isso a qualidade da pesquisa só enriqueceu mais o trabalho.

Sem deixar de mencionar os artigos encontrados sobre o tema Auditoria e de Fraudes (UFSC 1997), entre muitos outros sites que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Verificando os resultados da pesquisa sobre Auditoria, foi possível verificar o tamanho da importância que ela tem em uma organização, seja ela a interna ou externa, e a sua contribuição na diferenciação entre as fraudes e os erros. Segundo Crepaldi (2004) a auditoria contribui para o crescimento do escopo organizacional. Assim é visto que a contribuição da auditoria garante uma maior solidez da empresa e consequentemente abre portas para novos empregos.

Pose-se notar que uma Auditoria bem estruturada, pode detectar vários tipos de fraudes, sejam elas por roubo, apropriação indébita, sabotagem, desperdício voluntário e até mesmo desvio de valores, e que os fraudadores não estão muito preocupados se isso é uma vantagem ilegal ou não, e sim o que importa é o ganho rápido e fácil que essa “vantagem” podem lhes proporcionar.

Nota-se que na pesquisa desenvolvida, 66% do perfil do fraudador é para o seu próprio enriquecimento, e que em 27% dos pesquisados já tiveram vontade em praticar esse ato, e que 13% fariam essa fraude, influenciado pela cultura da empresa, essa alegação é que a empresa não é boa para se trabalhar, e essa é a justificativa para a tal prática. O que é interessante nesses dados, é que eles alegam que praticariam essas fraudes, pois algumas empresas possuem um controle interno muito fraco, e que se descobrissem algo, muitas vezes já poderia ser tarde.

E no que se refere ao perfil um pouco mais detalhado destes fraudadores, observamos que o gênero masculino está em 79% e só 17% para o feminino, e que a idade gira em torno de 36 a 60 anos, e destes 79% são homens fraudadores, e que para 68% dos autores, aí incluímos homens e mulheres, e deste percentual 45% são mulheres na faixa de 36 a 45 anos. Dos 36 a 60 anos na sua maioria possuem diplomas e tem altos cargos dentro da empresa, e sua autoridade é ilimitada, tendo assim acesso fácil a processos e relatórios feitos por Auditorias internas ou externas, e com isso manipulando os dados, e é por isso a importância de uma Auditoria independente, pois nada adianta ter uma Auditoria estruturada se as pessoas que comandam esse setor têm um perfil não muito condizente com o setor em questão.

Essas fraudes ocorrem em 38% quando o fraudador já possui mais de 6 anos de empresa, por ele já ter acesso fácil e conhecer bem o mecanismo da empresa, isso facilita com que as desconfianças não recaiam sobre eles, sendo que para 62% preferem fraudar em conjunto com outras pessoas, pois isso facilita muito driblar os controles da empresa, e somente 38% agiram sozinho. Para que a fraude acontecesse 24% criaram informações falsas nos registros contábeis, tendo assim já mencionado, o acesso que essa pessoa teve a esses registros. Observou-se que para os 54% que fraudaram essas organizações, fizeram pelo simples fato de a empresa ter um controle interno muito deficiente, e aí reitera-se a necessidade de que esses controles tenham mais investimentos e que sejam mais independentes, pois é de extrema importância o auditor, juntamente com os outros departamentos da organização, para que no final o resultado seja o melhor possível.

Em muitos casos de fraudes que são pegas por aqueles que cometeram o delito sozinho, os motivos de ter sido descobertas foram pela revisão gerencial ou até mesmo pela auditoria, e ainda existem aquelas fraudes que são em grupos, essas são descobertas em sua maioria pela delação, denúncia anônima ou a revisão de processos.

Como a contabilidade, a Auditoria também é de extrema importância para a detecção de atos que não estejam de acordo com a empresa, por isso uma empresa deve sim ter um investimento principalmente no setor de Auditoria, sejam com programas de computadores específicos e mais seguros, pessoas qualificadas para ocupar os cargos e não somente uma pessoa para dar o aval sobre aquela possível compra ou investimento, e sim uma segunda ou terceira opinião e análise do possível contrato a ser fechado, uma opção também de implemento é o *Compliance*, uma ferramenta que pode ajudar a minimizar possíveis atos de fraude, mas nada adianta os investimento feitos na empresa, se as indicações para ocupar esses cargos de chefia, forem pessoas sem uma qualificação adequada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a conclusão deste trabalho, pode-se notar que nem todas as organizações têm um setor específico de auditoria, com isso identificar possíveis fraudes é praticamente impossível, deixando assim o fraudador livre para praticar seu delito sem se preocupar com possíveis sanções.

Para que o trabalho pudesse ser concluído, foram feitas pesquisas documentais em sites, livros e artigos científicos disponíveis na internet, o que facilitou para fazer um bom embasamento sobre a pesquisa desenvolvida.

E com essa pesquisa, notou-se que a contabilidade tem um forte papel na organização, pois é ela que pode pegar alguns erros de cálculos, pagamentos fora do comum, entre outros problemas, mas para que isso aconteça, os mesmos devem estar alinhados com a missão da empresa, pois infelizmente muitos fraudadores estão ligados a este setor, o que facilita para os mesmos agirem.

A função da auditoria e de um auditor bem qualificado em uma empresa é extremamente importante e benéfica para a saúde financeira da mesma, pois infelizmente muitas fraudes que não são pegadas, acabam levando o fechamento de muitas organizações, e se a auditoria for um setor independente e livre de indicações que não sejam qualificadas, a tendência é de que algo de ruim pode acontecer com a empresa.

Sabemos que os erros podem acontecer, mas se existir um setor que possa verificar esse erro antes que ele tome uma proporção maior, é de suma importância, pois os custos que a mesma estará economizando, poderia ser útil em algum momento, podendo até implementar programas como o *Compliance*.

Percebe-se que os fraudadores estão em diversos setores, e quando o mesmo percebe uma brecha no setor e falta de conferência, isso se torna algo fácil, ainda mais se os fraudadores forem pessoas do alto escalão da empresa, o que pode dificultar mais ainda a descoberta das fraudes, e é aí que poderia entrar uma segunda análise sobre o que está sendo negociado ou qual contrato está sendo fechado, pois quanto maior o contrato, mais chances de haver um subfaturamento ou uma propina envolvida.

E as empresas devem partir da premissa que as atividades relacionadas a sua organização, coexiste juntamente com possíveis fraudes, seja em maior ou em menor grau, e que o fraudador pode ser a pessoa que jamais imaginaria, tendo em vista as pesquisas que a idade e gênero, não influencia muito na hora do ato ilícito.

Por isso as fraudes sempre irão existir, mas se o fraudador sabe que a organização tem uma estrutura muito bem montada e preparada para a detecção delas, isso pode ser um empecilho para ele, mesmo que não tenha um setor de auditoria, mas que tenha um controle interno muito eficaz.

E para a continuidade do processo de auditoria em uma empresa seja fortemente estabelecido, sugere-se que implementem além do setor mencionado, programas de qualidade e ferramentas que possam inibir esses atos, uma sugestão para próximas pesquisas, seria a verificação dessas ferramentas nas práticas das empresas envolvidas em fraudes, se houve melhoras ou não.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo C. **Auditoria - Um curso Moderno e Completo: Textos, Exemplos e Exercícios Resolvidos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- AM3 SOLUÇÕES. **7 tipos de auditoria que você precisa conhecer**. Disponível em: <<https://www.am3solucoes.com.br/blog/tipos-de-auditoria/>> Acesso 20 jan. 2020
- ATTIE, W. **Auditoria interna**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- ATTIE, Willian. P. **Auditoria - Conceitos e Aplicações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- AUDITORIA EM FOCO. **Programas de Auditoria**. Disponível em: <<http://auditoriaemfoco.blogspot.com/2011/06/programas-de-auditoria.html>> Acesso 24 jan. 2020.
- BEASLEY, M. S.; CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R.; LAPIDES, P. D. Fraudulent financial reporting: consideration of industry traits and corporate governance mechanism. *Accounting Horizons*, v. 14, n. 4, p. 441-454, 2000.
- BONDE. **Estudos indica o perfil de fraudador em empresas**. Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/economia/noticias/estuda-indica-perfil-de-fraudador-em-empresas-confira-306531.html>> Acesso em 20 fev. 2020.
- BRASILIANO. **Melhorando sua performance com técnicas de entrevistas e conhecendo o perfil do fraudador**. Disponível em: <<https://www.brasiliano.com.br/25-perfil-do-fraudador>> Acesso em 18 mai.2020.
- BRUNING, R.J. **CORRUPÇÃO. Tese (Doutorado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. 1997.
- CANDELORO, Ana Paula P.; DE RIZZO, Maria Balbina Martins; PINHO, Vinícius. **Compliance 360º: Riscos, estratégias, conflitos e vaidades no mundo corporativo**. São Paulo: Trevisan, 2012.
- COLARES, Wilde. **Ética e Compliance nas empresas de outsourcing**. Monografia (Pósgraduação Lato Sensu em Direito – LLM). Disponível em:< <http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/1238/Wilde%20Cunha%20Colares%20Trabalho.pdf?sequence=1>> Acesso em 18 jul. 2020.
- CONAB, **Manual de Auditoria Interna**, 2000. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/downloads/regulamentos/ManualdeAuditoriaInterna.pdf>. Acesso em 25 jan. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia**. Brasília: CFC, 2003.
- CONTABEIS. **Auditoria e a sua classificação**. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/3262/auditoria-e-a-sua-classificacao/>> Acesso 24 jan. 2020.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Perfil do fraudador**. Disponível em: <<http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/perfil-do-fraudador-36-55-anos-de-idade-diretor-com-autoridade-ilimitada-aponta-pesquisa-da-kpmg/>> Acesso 10 abr. 2020.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- CRUTCHLEY, C. E.; JENSEN, M. R. H.; MARSHALL, B. B. Climate for scandal: corporate environments that contribute to accounting fraud. *The Financial Review*, v. 42, p. 53-73, 2007.

CURTI, F.; MIHOV, A. Fraud recovery and the quality of country governance. *Journal of Banking and Finance*, v. 87, n. 1, p. 446–461, 2018.

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77138>> Acesso em 10 de jun. 2019.

ENDEAVOR. **Compliance**. Disponível

em: <<https://endeavor.org.br/pessoas/compliance/>> Acesso em 12 jul. 2020.

FNG. **Compliance na empresa**. Disponível em: <<https://blog.fng.org.br/politica-de-compliance-na-empresa/>> Acesso em 12 jul. 2020.

FORTES TECNOLOGIA. **Contabilidade Criativa: saiba o que é e como funciona esse método**. Disponível em: <<https://blog.fortestecnologia.com.br/contabilidade-criativa/>> Acesso 29 jan. 2020.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria contábil**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 1982.

FRANCO, Hilário e MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil** – São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Auditoria Contábil** - 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FSENSE. **6 termos de compliance**. Disponível em: <<https://fsense.com/pt/6-termos-de-compliance-que-voce-precisa-conhecer/>> Acesso em 12 jul. 2020.

GIL, A.C. **Como encaminhar uma pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio de Loureiro. **Auditoria Operacional e de Gestão**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GILLET, P.; UDDIN, N. CFO intentions of fraudulent financial report. *Auditing*, v. 24, n. 1, p. 55-76, 2005.

INTERNET SEFAZ. A importância da auditoria na detecção de fraudes. Disponível em: <https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arquivos/publicacoes/publicacao_11.pdf> Acesso em 03 jun. 2020.

ISTO É DINHEIRO. **O perfil do fraudador**. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20020724/perfil-fraudador/19827>> Acesso 14 fev. 2020.

JORNAL CONTABIL. **Conheça as fraudes mais comum nas empresas e o papel da auditoria interna**. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-as-fraudes-mais-comuns-nas-empresas-e-o-papel-da-auditoria-interna/>> Acesso 26 jan. 2020

KAMARUDIN, K. A.; ISMAIL, W. A.; MUSTAPHA, W. A. H. Aggressive financial reporting and corporate fraud. *Social and Behavioral Sciences*, v. 65, p. 638-643, 2012

KANITZ, Stephen. **A Origem da Corrupção** - Publicado na Revista Veja, edição 1600, ano 32, nº 22, de 2 de junho de 1999, página 21. Disponível em: <<https://blog.kanitz.com.br/corrupcao/>> Acesso em 18 abr. 2020.

KOCH-BAYRAM, I. F.; WERNICKE, G. Drilled to obey? Ex-military CEOs and financial misconduct. *Strategic Management Journal*, v. 39, n. 11, p. 2943-2964, 2018.

KPMG. **Perfil global do fraudador**. Disponível em: <<https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/09/br-perfil-do-fraudador-2016.pdf>> Acesso 25 mai. 2020.

KRAEMER, M. E. P. **CONTABILIDADE CRIATIVA MAQUIANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**. 52ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

LEON CONSULTORIA. **Know Your Employee**. Disponível em: <<https://leonconsultoriaempresarial.com/2018/07/27/prevencao-de-riscos-e-fraudes-pelo-kye-know-your-employee/>> Acesso em 12 jul. 2020.

- MAGALHÃES, A. D. F. et al. **Auditoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001
- MELO, Moises Moura de. SANTOS, Ivan Ramos dos. **Auditoria Contábil**. 2º ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- MORIM, Edgar. **O Método 6: Ética**. Porto Alegre: 1º ed. Editora Sulina: São Paulo 2004.
- PORTAL EDUCAÇÃO. **Conceito de auditoria externa**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/conceito-de-auditoria/14832>> Acesso 20 jan. 2020.
- PORTAL EDUCAÇÃO. **Fraudes corporativas decorrentes de falhas na defesa organizacional**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/fraudes-corporativas-decorrentes-de-falhas-na-defesa-organizacional/28480>> Acesso em 14 jul. 2020.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da Pesquisa e do trabalho Acadêmico. 2º ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- REVISTA ID ONLINE. O papel da auditoria interna na detecção de fraudes e erros em iniciativas privadas. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1496>> Acesso em 03 jun. 2020.
- REVISTA UNIVERSO CONTABIL. **Opinião de especialistas sobre as variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil no setor bancário brasileiro**. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/6940>> Acesso em 14 jul. 2020.
- SÁ, A. L. **Dicionário de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.
- Sá, Antonio Lopes. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1998.
- SAS. **Prevenção a fraudes**. Disponível em: <https://www.sas.com/pt_br/insights/fraud/prevencao-a-fraudes.html> Acesso em 12 jul. 2020.
- SEMANA ACADEMICA. A importância da auditoria externa na detecção de fraudes. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_auditoria_externa_na_deteccao_de_fraudes.pdf> Acesso em 03 jun. 2020.
- SERPA, Júlio Cesar Lopes. **Fraudes contábeis, dolo ou culpa**. Disponível em: <http://www.contadorperito.com/artigos_julio1.htm>. Acesso em 09 mai. 2020.
- SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.
- SINDSEGSP. **Entendendo a mente do fraudador**. Disponível em: <<http://www.sindsegsp.org.br/site/noticia-texto.aspx?id=22211>> Acesso em 12 jul.2020.
- SUMMERS, S. L.; SWEENEY, J. T. Fraudulently misstated financial statements and insider trading: an empirical analysis. The Accounting Review, Sarasota, v. 73, n. 1, p. 131-146, jan. 1998.
- VALOR GLOBO. **Pesquisa da KPMG traça perfil do fraudador**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2014/01/17/pesquisa-da-kpmg-traca-perfil-de-fraudador.ghtml>>. Acesso em 20/10/2019
- VICOSA URGENTE. **O que leve a pessoa a cometer fraude**. Disponível em: <<http://www.vicosaurgente.com.br/noticia/o-que-leva-as-pessoas-a-cometerem-fraude>>

[2/#:~:text=Os%20motivos%20que%20encorajam%20fraudes&text=Consiste%20em%20tr%3%C3%AAs%20motivos%20base,%3A%20press%3%A3o%2C%20oportunidade%20e%20racionaliza%C3%A7%C3%A3o.>](#) Acesso em 12 jul. 2020.

YU, X.; ZHENG, Y.; ZHANG, P. Intra-industry effects of corporate scandals announcements: evidence from China. Working paper, Nanjing University, 2010.